



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **CARTA CONTRATO Nº 18/2022**

**CARTA-CONTRATO N. 18/2022/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0002606-07.2021.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2022**

**CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO), E A EMPRESA ODONT – OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA.**

**CONTRATANTE:** UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ **04.565.735/0001-13**, com sede na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

**CONTRATADA:** Empresa **ODONT** – **OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. **34.907.159/0001-06**, com sede na Rua Jaguarari, n. 2281 – Lagoa Nova, Lote 120, EFC 43 - CEP 59.054-500, em Natal, Estado do Rio Grande do Norte, Telefone(s): (84) 3449-9361, E-mail(s): [diretoria@odont.com.br](mailto:diretoria@odont.com.br), neste ato representada pelo senhor **PABLO DAMIAO DA SILVA SANTOS**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº e CPF n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), Telefone(s): (84) 99160-9881, E-mail(s): [pablo@odont.com.br](mailto:pablo@odont.com.br), e pelo senhor **FARANIO PEREIRA DE SOUSA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. e CPF n. (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e

à Resolução TSE n. 23.650/2021), Telefone(s): (61) 99214-3306, E-mail(s): faranio@hotmail.com.

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 8.666/1993, 10.520/2002, Lei 13.709/2018, Lei 9656/1998 e Lei 9961/2000, nas resoluções e regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Saúde - ANAC, nos Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, nas Resoluções TSE 23.702/2022, Resolução Normativa ANS n. 465/2021, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, assim como nas demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019.

**Ato de Autorização da Licitação:** DESPACHO Nº 949/2022 - PRES/DG/GABDG, de 25/07/2022.

**Ato de Homologação do Pregão Eletrônico:** DESPACHO Nº 1156/2022 - PRES/DG/GABDG, de 05/09/2022.

## **DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Esta Carta-Contrato tem por objeto a contratação de empresa operadora de Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde, visando à Assistência Odontológica, em âmbito Estadual, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, **com pré-pagamento a preço per capita**, sem carência, em conformidade com art. 1º, §1º, inciso I da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

**Subcláusula Primeira** – Estima-se a população-alvo em 242 (duzentos e quarenta e dois) usuários, contando-se titulares, dependentes ordinários e especiais, o qual poderá ser ajustado no decorrer da execução em razão de exclusões e inclusões regulamentares.

**Subcláusula Segunda** – Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos no termo de referência respectivo, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por usuário, conforme registrado no Capítulo 11 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Terceira** – No Anexo I desta Carta-Contrato constam os serviços a serem realizados e as especificações para prestação dos serviços, que foram reproduzidos a partir dos Capítulos 2.2 e 2.3 do Termo de Referência respectivo.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios sobre a abrangência e cobertura da rede prestadora dos serviços e os critérios de sustentabilidade ambiental indicados, respectivamente, nos Capítulos 2.4 e 5 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Quinta** – Com a assinatura desta Carta-Contrato, a CONTRATADA ratifica todas as declarações e documentos apresentados na licitação, incluindo as declarações exigidas no Capítulo 7.3.4 do Termo de Referência respectivo, assim como ratifica todos os compromissos assumidos.

**Subcláusula Sexta** – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência respectivo, assim como na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

## **DO PÚBLICO ALVO**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Quanto ao público alvo desta carta-contrato, são beneficiários os magistrados ativos, desde que não sejam beneficiários de outro programa de assistência nos Tribunais de origem ou de sistema privado de saúde, no caso dos membros da classe dos juristas, todos os servidores do TRE-RO, ativos e inativos, seus respectivos dependentes, os pensionistas e os servidores requisitados ou cedidos que aderirem ao Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) dos servidores do TRE-RO na forma regulamentada pela Resolução TRE-RO n. 3/2015. São beneficiários do PAMS:

### **I – titulares:**

- a)** os membros do Tribunal, titulares e suplentes;
- b)** os servidores ativos e inativos;
- c)** os servidores cedidos, removidos ou com lotação provisória para órgão da administração pública federal, ocupantes de cargos de provimento efetivo pertencentes ao quadro permanente do TRE-RO;
- d)** os ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função comissionada do TRE-RO;
- e)** os servidores da Justiça Eleitoral removidos para o TRE-RO;
- f)** os pensionistas estatutários.

### **II – dependentes:**

- a)** cônjuge ou companheiro, inclusive de união homoafetiva, na união estável;
- b)** filhos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia;
- c)** enteados menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor;
- d)** menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial transitada em julgado;
- e)** o absolutamente incapaz, do qual o servidor seja tutor ou curador.

### **III – Dependentes especiais:**

- a) pai e mãe, desde que dependentes econômicos do servidor;
- b) netos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor.

**Subcláusula Primeira** – O CONTRATANTE poderá, atendendo a sua conveniência e/ou necessidade, requerer a inscrição de novos beneficiários, obedecendo aos limites estabelecidos no contrato, seja na qualidade de beneficiário titular ou de beneficiário dependente.

**Subcláusula Segunda** – É defeso à CONTRATADA negar ou obstaculizar a inscrição de beneficiário requerida pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Terceira** – Perderá a qualidade de beneficiário, conforme o disposto no inciso V, Artigo 16, Lei 9.656/98, o beneficiário que for punido com demissão.

**Subcláusula Quarta** – Ao beneficiário coberto pelo Plano de Assistência Odontológica objeto desta contratação, em decorrência do vínculo empregatício, no caso de exoneração, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme dispõe o “*caput*” do artigo 30 da Lei n. 9.656/98.

## **DA CARÊNCIA**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Não haverá carência aos beneficiários por ocasião da inclusão do Plano Odontológico contratado.

## **DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Artigo 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUARTA** – A presente contratação se deu mediante realização de pregão eletrônico, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

## **DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA QUINTA** – Esta Carta-Contrato terá prazo de vigência e de execução por 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, observado, ainda, os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- c) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- d) concordância expressa da CONTRATADA pela prorrogação.

## **DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** – O valor total estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 45.883,20 (quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos)**, corresponde ao valor *per capita* fixado multiplicado pelo quantitativo total de Beneficiários e pelo período da Contratação (Valor da Contratação = Valor R\$ **15,80** Unitário/Per Capita X **242** Número de Beneficiários X 12), e proposta da CONTRATADA:

<b>PREÇO PER CAPITA UNITÁRIO (R\$)</b>	<b>QTDDE USUÁRIOS ESTIMADOS</b>	<b>VALOR MENSAL ESTIMADO (R\$)</b>	<b>VALOR ANUAL ESTIMADO (R\$)</b>
<b>15,80</b>	<b>242</b>	<b>3.823,60</b>	<b>45.883,20</b>

**Subcláusula Primeira** - O valor desta Carta-Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a efetivar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

**Subcláusula Segunda** - O quantitativo de usuários indicados neste instrumento é estimativo, o qual poderá sofrer oscilações decorrentes das inclusões e exclusões de usuários durante sua execução, na forma regulamentar.

**Subcláusula Terceira** – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação, inclusive mão-de obra, tributos, materiais/componentes, despesas administrativas e lucro, entre outros.

**Subcláusula Quarta** – O valor desta carta-contrato é calculado *per capita*, com custeio integral pelo servidor (100%).

**Subcláusula Quinta** – As despesas com a execução da presente carta-contrato correrão à conta da participação dos servidores do TRE-RO no custeio do programa, nos termos da Resolução TRE-RO n. 03/2015.

**Subcláusula Sexta** - Quanto a reajuste, revisão, reequilíbrio e outros tipos de alterações contratuais, deverá ser observado o que consta na Cláusula “DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL” deste instrumento.

## **DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do instrumento, no valor de **R\$ 2.294,16** (dois mil duzentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado deste instrumento, a qual deverá ter prazo de validade durante toda a vigência desta carta-contrato.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;

c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

**Subcláusula Segunda** – Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, revisão e reequilíbrio econômico-financeiro ou a cada acréscimo quantitativo do contrato.

**Subcláusula Terceira** – A não apresentação da GARANTIA, injustificadamente, poderá ocasionar a aplicação de sanções e a rescisão do contrato, independentemente de ter a contratada iniciado a execução ou não.

**Subcláusula Quarta** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados pela prestação ou paralisação dos serviços pela contratada, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura

**Subcláusula Quinta** – A garantia, ou a parte remanescente dessa garantia, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral e regular das obrigações contratuais a seu encargo.

**Subcláusula Sexta** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**Subcláusula Sétima** – A garantia será considerada extinta:



1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;
2. Com o término da vigência do contrato, que poderá, independentemente de sua natureza, ser estendido, a critério do Contratante.

**Subcláusula Nona** - O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação vigente relativa à matéria.

## **DO PAGAMENTO**

**(Artigo 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** - Os pagamentos à CONTRATADA observarão o que segue:

1. Será utilizado o sistema de pagamento antecipado correspondente ao valor da parcela mensal única *per capita*, definida neste instrumento;
2. Para o pagamento, mensalmente, a empresa CONTRATADA deverá apresentar a fatura/nota fiscal de acordo com o rol de beneficiários fornecidos pela Seção de Assistência Médica - SAMES do TRE-RO, e esta ficará encarregada da respectiva conferência e certificação e, a seguir, do encaminhamento para a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC) do TRE-RO, para processar o respectivo pagamento;
3. Havendo inconsistências no rol apresentado, o gestor do contrato devolverá a fatura/nota fiscal à CONTRATADA para regularização do rol e apresentação de novos documentos de pagamento;
4. O prazo para pagamento somente será iniciado após a apresentação da nova fatura/nota fiscal - acompanhado do novo rol de beneficiários - totalmente de acordo com as regras de pagamento previsto neste instrumento.
5. Para fazer jus ao pagamento a contratada deverá comprovar a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça;
6. A CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório mensal de usuários, além de relatório de movimentações de inclusões e exclusões efetuadas;
7. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá comprovar os repasses e pagamentos realizados à rede credenciada. A ausência de comprovação poderá ensejar a suspensão dos pagamentos futuros;

8. O pagamento será efetuado após liquidação da despesa por meio de ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela Seção de Assistência Médica - SAMES do TRE-RO.
9. Em caso de divergência nos valores, irregularidade e/ou falta de qualquer documento, a CONTRATADA será notificada para sanar as pendências no prazo máximo fixado;
10. Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços;
11. Será observada a ordem cronológica estabelecida no art. 5º da Lei 8.666/93;
12. Desobriga-se o CONTRATANTE a efetuar o pagamento à CONTRATADA em caso de inobservância das condições descritas neste instrumento;
13. Havendo pendência de liquidação de obrigações financeiras imposta à CONTRATADA em virtude de penalidade ou inadimplência, o valor de tal obrigação poderá ser retido no ato do pagamento da Nota Fiscal/Fatura mensal;
14. O pagamento, em caso de eventual reajuste, revisão ou reequilíbrio, far-se-á por meio de dois tipos de faturas, sendo uma principal, correspondente aos preços iniciais, e outra suplementar, relativa ao valor do reajustamento devido;
15. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I \times N \times VP$$

Onde: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP - Valor da parcela a ser paga.

I = índice de compensação financeira - 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) / 365 \qquad I = (6/100)/365 \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

16. A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência; e

17. Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial, inclusive os proporcionais (pro rata die), sendo que essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

## **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**(Artigo 67, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** – No TRE-RO, a gestão desta contratação será realizada pelo titular da Seção de Assistência Médico-Social – SAMES e a fiscalização desta contratação será realizada pelo servidor indicado pela Seção de Assistência Médico-Social – SAMES, ou aos seus respectivos substitutos, em caso de ausência dos titulares mencionados, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008/TRE-RO.

**Subcláusula única** - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização e da Gestão durante a execução da Carta-Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

## **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e em todos os anexos, assim como neste instrumento contratual, são obrigações do CONTRATANTE as seguintes:

1. Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;
2. Requerer, formalmente, a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;
3. Comunicar à CONTRATADA a inclusão de qualquer beneficiário do Plano Odontológico até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, sendo que os

beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do 1º (primeiro) dia útil do mês subsequente;

4. Comunicar à CONTRATADA a exclusão de qualquer beneficiário do Plano Odontológico até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, observando que:

a) Os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do 1º (primeiro) dia do mês subsequente

5. Informar imediatamente à CONTRATADA perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

6. Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos neste instrumento e no Termo de Referência;

7. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

8. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com o contrato;

9. Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade;

10. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA; e

11. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas das leis e dos regulamentos e, bem como, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o interesse da Administração Pública o exigir.

## **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência correspondente, no Edital e anexos e neste instrumento contratual, obriga-se a CONTRATADA a:

1. Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, no edital de pregão a ser realizado e na sua proposta;

2. Entregar a credencial de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual;

3. Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;
4. Entregar a credencial dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do CONTRATANTE;
5. Fornecer ao CONTRATANTE, sempre que solicitado, relação profissionais e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da CONTRATADA e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;
6. Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual;
7. Responder no prazo de 48 (quarenta e oito) horas às demandas do CONTRATANTE formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente o meio de comunicação;
8. Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;
9. Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);
10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;
11. Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao CONTRATANTE, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste ajuste, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;
12. Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste instrumento e **comprovar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, os repasses e pagamentos à rede credenciada;**
13. Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

14. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
15. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;
16. Reembolsar despesas decorrentes de casos de urgência ou emergência, quando se demonstrar que o beneficiário não teve condições de usar os serviços próprios ou credenciados da CONTRATADA, limitadas aos valores atribuídos pela CONTRATADA aos seus serviços próprios ou contratados;
17. Reembolsar o beneficiário nos casos em que não dispuser, por meio próprio ou por meio credenciado, da especialidade de tratamento na localidade em que se encontre o usuário. Nesse caso, o usuário terá direito a reembolso da despesa decorrente, limitado aos valores atribuídos pela contratada aos seus serviços próprios ou contratados;
18. Nas localidades onde não haja cirurgião dentista conveniado, a CONTRATADA deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo cirurgião dentista, bem como o serviço prestado por profissional ou estabelecimento clínico ou de diagnóstico, da confiança do paciente, bem como o tratamento odontológico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, mediante laudo técnico fornecido pelo profissional,;
19. Os reembolsos serão realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação comprobatória do atendimento, assim considerada:
  - a) Relatório do cirurgião dentista assistente;
  - b) Conta com descrição dos procedimentos (exames, taxas e materiais) e honorários do profissional; e
  - c) Nota fiscal dos serviços prestados e/ou correspondente recibo de quitação.
21. Responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;
22. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços ou, mediante acordo das partes, supressões em percentuais superiores, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

23. Cumprir, no prazo estipulado na notificação expedida pelo fiscal do contrato, todas as determinações do contratante, especialmente quando tratarem de adimplemento de obrigação prevista neste instrumento;

24. Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:

a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa nº 004/2008- TRE-RO.

25. Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no Termo de Referência.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Artigo 7º da Lei 10.520/02)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**1.** Atraso injustificado na entrega das credenciais, magnéticas ou não, aos beneficiários:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do 6º (sexto) até o 10º (décimo) dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**2.** Atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e procedimentos:

- a)** até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;
- b)** a partir da 25<sup>a</sup> (vigésima quinta) até a 72<sup>a</sup> (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;
- c)** superior a 72 (setenta e duas) horas poderá caracterizar inexecução do Contrato.

**3.** Atraso injustificado no reembolso de despesa decorrente de serviço prestado por profissional ou estabelecimento de saúde, quando a Contratada não o possuir em sua rede própria, credenciada, conveniada, cooperada ou a ele vinculada sob qualquer forma regular admitida na Legislação específica de saúde complementar dentro da circunscrição geográfica do domicílio do usuário:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido e não reembolsado;
- b)** a partir do 6º (sexto) até o 10º (décimo) dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido não reembolsado;
- c)** atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**4.** Suspensão injustificada e indevida na prestação de qualquer serviço objeto da contratação:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do 6º (sexto) até o décimo dia, 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**5.** Atraso na entrega de garantia contratual:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do 6º (sexto) até o 10º (décimo) dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.



**6.** Deixar de informar os dados do preposto e do responsável pelo contrato ou, ainda, deixar de informar a relação de seus funcionários responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do 6º (sexto) até o 10º (décimo) dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;
- c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**7.** Descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato, no edital e sua proposta, após formalmente notificado pela fiscal ou gestor do contrato:

- a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;
- b)** a partir do 6º (sexto) até o 10º (décimo) dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;
- c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato ou também a reiteração/reincidência de conduta faltosa, em um lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

**Subcláusula Primeira** - Pela inexecução total ou parcial do objeto do Contrato, a Administração Contratante poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções punitivas:

- 1.** Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;
- 2.** Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor das obrigações inadimplidas (caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato), tendo como teto o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**3.** Suspensão temporária para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**5.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**Subcláusula Segunda** - Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato, assim como a** aplicação das demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93 e Art. 7º da Lei n. 10520/02.

**Subcláusula Terceira** - A Administração do Contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do Contrato, quando:

- a)** a infração não tenha trazido prejuízo para o Contratante; nem benefício ao Contratado;
- b)** a CONTRATADA tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do Contrato, claramente demonstrada no processo; e
- c)** a CONTRATADA tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**Subcláusula Quarta** - A Administração do Contratante declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a)** a prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde do beneficiário;

**b)** a CONTRATADA tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;

**c)** a CONTRATADA seja reincidente, nos termos do item 7, "c" desta CLÁUSULA.

**Subcláusula Quinta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

**Subcláusula Sexta** - As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração contratante.

**Subcláusula Sétima** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a contratada e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Oitava** - Na aplicação das penalidades aqui previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE/RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Nona** - Na aplicação das penalidades será sempre considerada a produção de prejuízo para o Contratante, podendo ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a juízo da Administração, observadas as regras da Instrução Normativa n. 04/08, disponível no site do TRE-RO.

**Subcláusula Décima** - As sanções aplicadas à Contratada serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Subcláusula Décima Primeira** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer

descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - No caso de a contratada ter valor a receber do TRE-RO e não recolher o valor da multa ou condenação eventualmente imposta dentro de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento. (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário).

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso não seja suficiente o valor do pagamento a que fizer jus a contratada para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela Contratada através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da IN TRERO 05/2009).

**Subcláusula Décima Quarta** - No caso da contratada não ter nenhum valor a receber do TRE-RO, esta deverá recolher o valor da multa ou condenação aplicada através de GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80).

**Subcláusula Décima Quinta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 25, § 3º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Sexta** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor da multa ou da condenação eventualmente aplicadas dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que

seja inscrita na Dívida Ativa da União, devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

**Subcláusula Décima Sétima** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas, e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão, ainda, ser inscritos no Cadastro Interno de inadimplentes do TRE/RO - CAI2.

**Subcláusula Décima Oitava** - O procedimento para aplicação de sanções pelo CONTRATANTE observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

## **DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Esta Carta-Contrato poderá ser rescindido de pleno direito por inexecução total ou parcial de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos a que resultarem da paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na seção “Das Sanções Administrativas” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:

1. Por ato unilateral e escrito da administração, por conveniência da administração e decisão do presidente do TRE-RO ou nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação, notificando-se a contratada para apresentar defesa.;
2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos, desde que haja conveniência da administração contratante; e
3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça n. 7, de 18 de outubro de 2005, constitui causa de rescisão contratual a contratação, pela empresa contratada, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## **DA ALTERAÇÃO**

**(Artigo 65 e §§, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento admite eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93, assim como ajustes ou alterações das condições inicialmente pactuadas, desde que, em qualquer caso, seja comprovada a repercussão financeira sobre o contrato, cabendo à CONTRATADA o ônus dessa comprovação, de maneira robusta e suficiente.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem

necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – Caso ocorra a prorrogação contratual, os valores estipulados em contrato poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, e será com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente, com o registro de que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

## **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;
3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;



4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;
5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;
6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;
7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;
8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;
2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;
3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;

5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor Neiton Lima de Carvalho, Técnico Judiciário/Assistente de Ouvidoria do TRE-RO, telefone: (69) 3211-2173, e-mail: ouvidoria@tre-ro.jus, o qual poderá ser futuramente alterado.

## **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** – À execução desta Carta-Contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão as Leis e normas indicadas no início deste instrumento (Legislação aplicável e fundamento legal) e, subsidiariamente, os demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste instrumento, independentemente de suas transcrições.

**Subcláusula única** – Não se aplicam ao objeto do presente instrumento os incisos VI e X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

## **DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

### **DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**- Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 8 de setembro de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	
<b>PABLO DAMIAO DA SILVA SANTOS</b> Pela Contratada	<b>FARANIO PEREIRA DE SOUSA</b> Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha

## **ANEXO I À CARTA-CONTRATO N. 18/2022 (REPRODUÇÃO DOS CAPÍTULOS 2.2 E 2.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA RESPECTIVO)**

### **2.2 DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:**

**2.2.1** Os serviços de plano de saúde almejados por este Tribunal incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização Para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada por este Tribunal, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

**2.2.2** Tais serviços deverão ser prestados em abrangência estadual, sendo que a Contratada assegurará aos usuários do sistema o atendimento pleno e satisfatório pelos estabelecimentos que integram sua rede. Os serviços prestados deverão compreender todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Odontológicos editados pela ANS, vigente à época do evento, tais quais os seguintes procedimentos/especialidades:

#### **I-Diagnóstico**

- Consulta Odontológica Inicial
- Consulta Odontológica para avaliação técnica de Auditoria
- Diagnóstico anatomopatológico em citologia esfoliativa na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em material de biópsia na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em peça cirúrgica na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em punção na região bucomaxilofacial

## **II-Urgência/Emergência**

- Colagem de fragmentos dentários
- Consulta odontológica de Urgência
- Consulta odontológica de Urgência 24 hs
- Controle de hemorragia com aplicação de agente hemostático em região bucomaxilofacial
- Controle de hemorragia sem aplicação de agente hemostático em região buco-maxilo-facial
- Incisão e drenagem extra-oral de abscesso, hematoma e/ou flegmão da região buco-maxilo-facial
- Incisão e drenagem intra-oral de abscesso, hematoma e/ou flegmão da região buco-maxilo-facial
- Pulpectomia
- Recimentação de trabalho protético
- Redução simples de luxação da Articulação Têmporo-Mandibular (ATM)
- Reembasamento de coroa provisória
- Reimplante dentário com contenção
- Remoção de dreno extraoral
- Remoção de dreno intraoral
- Restauração temporária/tratamento expectante
- Sutura de ferida buco-maxilo-facial
- Tratamento de alveolite
- Tratamento de periocoronarite

## **III-Prevenção**

- Aplicação tópica de Flúor
- Atividade Educativa em saúde bucal
- Atividade Educativa em odontologia para pais e/ou cuidadores de pacientes com necessidades especiais.

- Controle de biofilme (placa bacteriana)
- Orientação de higiene bucal (técnica de escovação e bochecho com flúor)
- Teste de fluxo salivar
- Teste PH da saliva
- Profilaxia: Polimento coronário

#### **IV-Odontopediatria**

- Aplicação de cariostático
- Aplicação de selante de fóssulas e fissuras
- Aplicação de selante técnica invasiva
- Aplicação tópica de verniz fluoretado
- Condicionamento em Odontologia
- Condicionamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais
- Controle de cárie incipiente
- Coroa de acetato em dente decíduo
- Coroa de acetato em dente permanente
- Coroa de policarbonato em dente decíduo (dentes anteriores)
- Coroa de policarbonato em dente permanente (dentes anteriores)
- Coroa de aço em dente decíduo (dentes posteriores)
- Coroa de aço em dente permanente (dentes posteriores)
- Estabilização de paciente por meio de contenção física e/ou mecânica
- Estabilização de paciente por meio de contenção física e/ou mecânica em pacientes com necessidades especiais em odontologia.
- Exodontia simples de decíduo
- Pulpotomia em dentes decíduos
- Remineralização dentária
- Restauração atraumática em dente decíduo (Adequação ao meio bucal)

- Restauração atraumática em dente permanente (Adequação ao meio bucal)
- Tratamento endodôntico em dente decíduo

## **V-Radiologia/Exames por Imagem**

- Fotografia
- Levantamento periapical completo
- Panorâmica de mandíbula/maxila (ortopantomografia)
- Radiografia Interproximal (Bite-Wing)
- Radiografia Oclusal
- Radiografia Periapical

## **VI-Dentística**

- Ajuste Oclusal por acréscimo
- Ajuste Oclusal por desgaste seletivo
- Capeamento Pulpar direto – excluindo restauração final
- Faceta direta em resina fotopolimerizável (Dentes anteriores)
- Restauração de Amálgama - 1 face
- Restauração de Amálgama - 2 faces
- Restauração de Amálgama - 3 faces
- Restauração de Amálgama - 4 faces
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 1 face
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 2 faces
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 3 faces
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 4 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 1 face
- Restauração em Ionomero de vidro 2 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 3 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 4 faces

- Tratamento Restaurador Atraumático em dentes permanentes

## **VII-Periodontia**

- Acompanhamento de tratamento/procedimento cirúrgico em odontologia
- Aumento de Coroa Clínica
- Cirurgia Periodontal a Retalho
- Cunha Proximal
- Dessensibilização dentária
- Enxerto gengival livre
- Enxerto pediculado
- Gengivectomia
- Gengivoplastia
- Imobilização dentária em dentes decíduos
- Imobilização dentária em dentes permanentes
- Raspagem supragengival e alisamento radicular
- Raspagem subgengival e alisamento radicular/Curetagem de Bolsa Periodontal
- Remoção dos fatores de retenção do biofilme dental
- Tratamento de abscesso periodontal agudo
- Tratamento de gengivite necrosante aguda - GUNA (inclui raspagem supragengival e subgengival)
- Tunelização

## **VIII-Prótese Dentária**

- Coroa provisória com pino
- Coroa provisória sem pino
- Coroa total cerômero (dentes anteriores – inclui a peça protética)
- Coroa total metálica (dentes posteriores – inclui a peça protética)



- Núcleo de preenchimento
- Núcleo metálico fundido/Núcleo Pré-fabricado (inclui a peça protética)
- Pino pré-fabricado
- Provisório para restauração metálica fundida
- Reabilitação com restauração metálica fundida (RMF) unitária
- Remoção de trabalho protético

## **IX-Endodontia**

- Curativo de demora em endodontia
- Remoção de corpo estranho intracanal
- Remoção de Núcleo intrarradicular
- Pulpotomia
- Tratamento endodôntico unirradicular
- Tratamento endodôntico birradicular
- Tratamento endodôntico multirradicular
- Retratamento endodôntico unirradicular
- Retratamento endodôntico birradicular
- Retratamento endodôntico multirradicular
- Tratamento endodôntico de dente com Rizogênese Incompleta
- Tratamento de Perfuração Endodôntica

## **X-Cirurgia**

- Alveoloplastia
- Apicetomia unirradicular sem obturação retrógrada
- Apicetomia unirradicular com obturação retrógrada
- Apicetomia birradicular sem obturação retrógrada
- Apicetomia birradicular com obturação retrógrada
- Apicetomia multirradicular sem obturação retrógrada

- Apicetomia multirradicular com obturação retrógrada
- Amputação radicular sem obturação retrógrada
- Amputação radicular com obturação retrógrada
- Aprofundamento / Aumento de Vestíbulo
- Biópsia de boca
- Biópsia de glândula salivar
- Biópsia de lábio
- Biópsia de língua
- Biópsia de mandíbula
- Biópsia de maxila
- Bridectomia
- Bridotomia
- Controle pós-operatório em odontologia
- Cirurgia para exostose maxilar
- Cirurgia para torus mandibular - unilateral
- Cirurgia para torus mandibular - bilateral
- Cirurgia para torus palatino
- Coleta de raspado em lesões ou sítios específicos da região bucomaxilofacial
- Exérese de lipoma na região bucomaxilofacial
- Exérese ou excisão de cálculo salivar
- Exérese ou excisão de cistos odontológicos (mandíbula-maxila)
- Exérese ou excisão de mucoccele
- Exérese ou excisão de rânula
- Exodontia a Retalho
- Exodontia de permanente por indicação ortodôntica/protética (apenas para terceiros molares erupcionados e supranumerários)
- Exodontia raiz residual
- Exodontia simples de dente permanente
- Frenulectomia labial
- Frenulotomia labial

- Frenulectomia lingual
- Frenulotomia lingual
- Odontossecção
- Plastia de Ducto Salivar
- Punção aspirativa na região buco-maxilo-facial
- Reconstrução de sulco gengivo-labial
- Redução cruenta de fratura alvéolo dentária
- Redução incruenta de fratura alvéolo dentária
- Remoção de dente incluso/impactado
- Remoção de dente semi-incluso/impactado
- Remoção de odontoma
- Tratamento cirúrgico das fístulas buconasais
- Tratamento cirúrgico das fístulas bucosinusais
- Tratamento cirúrgico de bridas constrictivas da região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico de hiperplasias de tecidos moles na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico de hiperplasias de tecidos ósseos/cartilaginosos na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico de tumores benignos de tecidos ósseos/cartilaginosos na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico dos tumores benignos de tecidos moles na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico para tumores odontogênicos benignos – sem reconstrução
- Ulectomia
- Ulotomia

**2.2.3** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 465/2021 - ANS, além das obrigações contidas neste termo de referência, contrato, e legislação vigente.

## **2.3 DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**2.3.1** – Efetuar a prestação de serviços aos beneficiários de assistência odontológica no estado de Rondônia, com atendimento de urgência e emergência, de acordo com as condições e prazos propostos, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro horas), em todos os dias da semana.

**2.3.2** – Tais serviços deverão ser executados pelos profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Odontologia e constantes em cadastro próprio.

**2.3.3** Garantir o acesso do beneficiário aos serviços e procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS para atendimento integral das coberturas previstas na [Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998](#), no município onde o beneficiário demandar, com cobertura no estado de Rondônia.

**2.3.4** Na hipótese de indisponibilidade ou inexistência de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, incluindo urgência e emergência, no município onde o beneficiário demanda o serviço, com cobertura no Estados de Rondônia, a contratada deverá:

a) garantir o atendimento em prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município mediando o pagamento do serviço ou procedimento através de acordo com o prestador;

b) na indisponibilidade ou inexistência de prestadores nas hipóteses listadas, a contratada deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem;

c) Nas hipóteses de demora da contratada em garantir o serviço ou procedimento previsto nas alíneas 'a' e 'b', conforme prazos estabelecidos pela ANS, ou ainda, de dificuldade de comunicação do beneficiário com a contratada, após comprovada a tentativa de contato telefônico e por e-mail sem resposta por 24 h, que culminem no pagamento dos serviços e procedimentos pelo beneficiário, a contratada deverá ressarcir-lo pela tabela da operadora, conforme cláusula de reembolso;

d) A escolha do meio de transporte fica a critério da contratada, porém de forma compatível com os cuidados demandados pela condição de saúde do beneficiário;

e) A garantia de transporte deve se estender ao acompanhante nos casos de beneficiários menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60

(sessenta) anos, pessoas portadoras de deficiência e pessoas com necessidades especiais, estas duas últimas mediante declaração do cirurgião-dentista;

**2.3.5** Disponibilizar aos beneficiários contato e atendimento telefônico sobre a garantia de acesso ao objeto deste TR, item 02, assim como para informações e orientações sobre os serviços contratados, rede credenciada, autorização de procedimentos e outras dúvidas que possam surgir (seguindo a ARN nº395/16 ou Norma reguladora superveniente);

**2.3.6** - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, de acordo com a relação de preços de serviços odontológicos praticados pelo plano contratado, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

**2.3.7** - Quando o beneficiário residir em cidades sob Jurisdição deste Regional (Anexo I) ou em cidades que façam parte da área de abrangência do contrato e que não dispuserem de rede credenciada e/ou que essa seja considerada insuficiente para a cobertura do contrato e, ainda, na hipótese de descumprimento do disposto no item 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.5, caso o beneficiário, após ter feito contato com a contratada ou no caso de não conseguir contato com a contratada, seja obrigado a pagar os custos do atendimento, a contratada deverá reembolsá-lo pela tabela da operadora no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da solicitação de reembolso, inclusive as despesas como o transporte, conforme prevê a Resolução Normativa n. 259 da ANS;

**2.3.8** - As requisições de exames poderão ser solicitadas por cirurgiões-dentistas deste Regional, devendo ser aceitas prontamente e, quanto aos exames solicitados por outros dentistas não conveniados, serão transcritos/trocados na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão;

**2.3.9** - A contratada deverá absorver automaticamente os tratamentos e procedimentos novos que surgirem dentro do período de vigência contratual, bastando para isso, o implemento dos mesmos como obrigatórios através das Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

**2.3.10** - A contratada obriga-se a assegurar aos beneficiários dos serviços - objeto do presente Termo de Referência - total cobertura na Assistência Odontológica e exames radiológicos. Em caso de impasse entre a contratada e os dentistas credenciados, a contratada realizará o ressarcimento de acordo com item 2.3.7 do presente instrumento, da despesa efetuada pelo usuário neste período.

**2.3.11** - Disponibilizar guia odontológico eletrônico, de fácil acesso, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos cirurgiões-dentistas, clínicas e outras entidades da área de odontologia e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente;

**2.3.12** - A contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 08/09/2022, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PABLO DAMIAO DA SILVA SANTOS, Usuário Externo**, em 08/09/2022, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FARANIO PEREIRA DE SOUSA, Usuário Externo**, em 09/09/2022, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/09/2022, às 11:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 09/09/2022, às 12:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0895425** e o código CRC **A406E19E**.

0002606-07.2021.6.22.8000

0895425v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

## **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10/2022 - PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**

#### **1 - INTRODUÇÃO**

**1.1** Nos termos da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Federal n. 10.024/2019, e, subsidiariamente, da Lei 8.666/93 (artigos 6º, Inciso IX, 7º, § 2º e 9º), de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, do artigo 230 da Lei 8.112/1990, Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 e Resolução TRE-RO n. 03/2015, elabora-se este termo de referência para subsidiar os procedimentos administrativos necessários à contratação **de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência à Saúde, visando à Assistência Odontológica**, através de procedimento licitatório pertinente para prestação de assistência odontológica complementar àquela prestada diretamente por este Tribunal, por meio da Seção de Atendimento Médico e Social (SAMES).

#### **2 – DO OBJETO**

**2.1** Contratação de pessoa jurídica de direito privado que opere Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde, visando à Assistência Odontológica, em âmbito estadual, na modalidade coletiva empresarial, aos beneficiários definidos conforme arts. 5º, 6º e 7º da Resolução TRE-RO 03/2015, **com pré-pagamento a preço per capita**, sem carência, em

conformidade com art. 1º, §1º, inciso I da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, **por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogável na forma prevista no item 8.2 deste Termo de Referência.**

**2.1.1** Conforme pesquisa de interesse realizada pela SAMES (0814029) 210 pessoas manifestaram interesse, sendo 79 servidores e 131 dependentes. Para efeito de estimativa dessa contratação consideraremos a quantidade de 210 acrescido de 15%, ou seja **242**.

**2.1.2** Para fins deste Termo de Referência, Operadoras de Planos de Assistência à Saúde - Assistência Odontológica são as empresas e entidades que atuam no setor de saúde suplementar oferecendo aos consumidores os planos de assistência odontológica, sejam administradoras, cooperativas médicas, seguradoras especializadas em saúde e medicina de grupo.

**2.1.3** Em função da impossibilidade material de implantação, operação e controle por parte do TRE-RO, **excluiu-se do objeto desta contratação o regime de livre-escolha** pelo usuário com posterior reembolso pela operadora, exceto para os casos excepcionais previstos neste termo de referência, adotando exclusivamente a forma de pré-pagamento mensal total dos serviços em função do preço *per capita* por faixa etária mensal por usuário, conforme registrado no Capítulo 11 deste Termo de Referência.

## **2.2 DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS:**

**2.2.1** Os serviços de plano de saúde almejados por este Tribunal incluem o rol de procedimentos elencados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, observada a Diretriz de Utilização Para Cobertura de Procedimentos na Saúde (DUT), coincidentes com a cobertura almejada por este Tribunal, inclusive outros serviços novos que vierem a ser exigidos por referida Agência, desde que sua obrigatoriedade de implantação surja dentro do período de vigência contratual, bastando, para isso, o reconhecimento da legitimidade e o implemento dos mesmos pelos Órgãos de Saúde, excluindo-se, assim, os de caráter experimental.

**2.2.2** Tais serviços deverão ser prestados em abrangência estadual, sendo que a Contratada assegurará aos usuários do sistema o atendimento pleno e satisfatório pelos estabelecimentos que integram sua rede. Os serviços prestados deverão compreender todos os procedimentos do Rol de Procedimentos Odontológicos editados pela ANS, vigente à época do evento, tais quais os seguintes procedimentos/especialidades:



## **I-Diagnóstico**

- Consulta Odontológica Inicial
- Consulta Odontológica para avaliação técnica de Auditoria
- Diagnóstico anatomopatológico em citologia esfoliativa na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em material de biópsia na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em peça cirúrgica na região bucomaxilofacial
- Diagnóstico anatomopatológico em punção na região bucomaxilofacial

## **II-Urgência/Emergência**

- Colagem de fragmentos dentários
- Consulta odontológica de Urgência
- Consulta odontológica de Urgência 24 hs
- Controle de hemorragia com aplicação de agente hemostático em região bucomaxilofacial
- Controle de hemorragia sem aplicação de agente hemostático em região buco-maxilo-facial
- Incisão e drenagem extra-oral de abscesso, hematoma e/ou flegmão da região buco-maxilo-facial
- Incisão e drenagem intra-oral de abscesso, hematoma e/ou flegmão da região buco-maxilo-facial
- Pulpectomia
- Recimentação de trabalho protético

- Redução simples de luxação da Articulação Têmporo-Mandibular (ATM)
- Reembasamento de coroa provisória
- Reimplante dentário com contenção
- Remoção de dreno extraoral
- Remoção de dreno intraoral
- Restauração temporária/tratamento expectante
- Sutura de ferida buco-maxilo-facial
- Tratamento de alveolite
- Tratamento de periocoronarite

### **III-Prevenção**

- Aplicação tópica de Flúor
- Atividade Educativa em saúde bucal
- Atividade Educativa em odontologia para pais e/ou cuidadores de pacientes com necessidades especiais.
- Controle de biofilme (placa bacteriana)
- Orientação de higiene bucal (técnica de escovação e bochecho com flúor)
- Teste de fluxo salivar
- Teste PH da saliva
- Profilaxia: Polimento coronário

#### **IV-Odontopediatria**

- Aplicação de carioestático
- Aplicação de selante de fósulas e fissuras
- Aplicação de selante técnica invasiva
- Aplicação tópica de verniz fluoretado
- Condicionamento em Odontologia
- Condicionamento em Odontologia para pacientes com necessidades especiais
- Controle de cárie incipiente
- Coroa de acetato em dente decíduo
- Coroa de acetato em dente permanente
- Coroa de policarbonato em dente decíduo (dentes anteriores)
- Coroa de policarbonato em dente permanente (dentes anteriores)
- Coroa de aço em dente decíduo (dentes posteriores)
- Coroa de aço em dente permanente (dentes posteriores)
- Estabilização de paciente por meio de contenção física e/ou mecânica
- Estabilização de paciente por meio de contenção física e/ou mecânica em pacientes com necessidades especiais em odontologia.
- Exodontia simples de decíduo
- Pulpotomia em dentes decíduos
- Remineralização dentária
- Restauração atraumática em dente decíduo (Adequação ao meio bucal)

- Restauração atraumática em dente permanente (Adequação ao meio bucal)
- Tratamento endodôntico em dente decíduo

## **V-Radiologia/Exames por Imagem**

- Fotografia
- Levantamento periapical completo
- Panorâmica de mandíbula/maxila (ortopantomografia)
- Radiografia Interproximal (Bite-Wing)
- Radiografia Oclusal
- Radiografia Periapical

## **VI-Dentística**

- Ajuste Oclusal por acréscimo
- Ajuste Oclusal por desgaste seletivo
- Capeamento Pulpal direto – excluindo restauração final
- Faceta direta em resina fotopolimerizável (Dentes anteriores)
- Restauração de Amálgama - 1 face
- Restauração de Amálgama - 2 faces
- Restauração de Amálgama - 3 faces
- Restauração de Amálgama - 4 faces

- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 1 face
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 2 faces
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 3 faces
- Restauração em Resina Fotopolimerizável - 4 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 1 face
- Restauração em Ionomero de vidro 2 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 3 faces
- Restauração em Ionomero de vidro 4 faces
- Tratamento Restaurador Atraumático em dentes permanentes

## **VII-Periodontia**

- Acompanhamento de tratamento/procedimento cirúrgico em odontologia
- Aumento de Coroa Clínica
- Cirurgia Periodontal a Retalho
- Cunha Proximal
- Dessensibilização dentária
- Enxerto gengival livre
- Enxerto pediculado
- Gengivectomia
- Gengivoplastia
- Imobilização dentária em dentes decíduos

- Imobilização dentária em dentes permanentes
- Raspagem supragengival e alisamento radicular
- Raspagem subgengival e alisamento radicular/Curetagem de Bolsa Periodontal
- Remoção dos fatores de retenção do biofilme dental
- Tratamento de abscesso periodontal agudo
- Tratamento de gengivite necrosante aguda - GUNA (inclui raspagem supragengival e subgengival)
- Tunelização

## **VIII-Prótese Dentária**

- Coroa provisória com pino
- Coroa provisória sem pino
- Coroa total cerômero (dentes anteriores – inclui a peça protética)
- Coroa total metálica (dentes posteriores – inclui a peça protética)
- Núcleo de preenchimento
- Núcleo metálico fundido/Núcleo Pré-fabricado (inclui a peça protética)
- Pino pré-fabricado
- Provisório para restauração metálica fundida
- Reabilitação com restauração metálica fundida (RMF) unitária
- Remoção de trabalho protético

## **IX-Endodontia**

- Curativo de demora em endodontia
- Remoção de corpo estranho intracanal
- Remoção de Núcleo intrarradicular
- Pulpotomia
- Tratamento endodôntico unirradicular
- Tratamento endodôntico birradicular
- Tratamento endodôntico multirradicular
- Retratamento endodôntico unirradicular
- Retratamento endodôntico birradicular
- Retratamento endodôntico multirradicular
- Tratamento endodôntico de dente com Rizogênese Incompleta
- Tratamento de Perfuração Endodôntica

## **X-Cirurgia**

- Alveoloplastia
- Apicetomia unirradicular sem obturação retrógrada
- Apicetomia unirradicular com obturação retrógrada
- Apicetomia birradicular sem obturação retrógrada
- Apicetomia birradicular com obturação retrógrada

- Apicetomia multirradicular sem obturação retrógrada
- Apicetomia multirradicular com obturação retrógrada
- Amputação radicular sem obturação retrógrada
- Amputação radicular com obturação retrógrada
- Aprofundamento / Aumento de Vestíbulo
- Biópsia de boca
- Biópsia de glândula salivar
- Biópsia de lábio
- Biópsia de língua
- Biópsia de mandíbula
- Biópsia de maxila
- Bridectomia
- Bridotomia
- Controle pós-operatório em odontologia
- Cirurgia para exostose maxilar
- Cirurgia para torus mandibular - unilateral
- Cirurgia para torus mandibular - bilateral
- Cirurgia para torus palatino
- Coleta de raspado em lesões ou sítios específicos da região bucomaxilofacial
- Exérese de lipoma na região bucomaxilofacial
- Exérese ou excisão de cálculo salivar
- Exérese ou excisão de cistos odontológicos (mandíbula-maxila)



- Exérese ou excisão de mucocele
- Exérese ou excisão de rânula
- Exodontia a Retalho
- Exodontia de permanente por indicação ortodôntica/protética (apenas para terceiros molares erupcionados e supranumerários)
- Exodontia raiz residual
- Exodontia simples de dente permanente
- Frenulectomia labial
- Frenulotomia labial
- Frenulectomia lingual
- Frenulotomia lingual
- Odontossecção
- Plastia de Ducto Salivar
- Punção aspirativa na região buco-maxilo-facial
- Reconstrução de sulco gengivo-labial
- Redução cruenta de fratura alvéolo dentária
- Redução incruenta de fratura alvéolo dentária
- Remoção de dente incluído/impactado
- Remoção de dente semi-incluído/impactado
- Remoção de odontoma
- Tratamento cirúrgico das fístulas buconasais
- Tratamento cirúrgico das fístulas bucosinusais
- Tratamento cirúrgico de bridas constritivas da região bucomaxilofacial

- Tratamento cirúrgico de hiperplasias de tecidos moles na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico de hiperplasias de tecidos ósseos/cartilaginosos na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico de tumores benignos de tecidos ósseos/cartilaginosos na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico dos tumores benignos de tecidos moles na região bucomaxilofacial
- Tratamento cirúrgico para tumores odontogênicos benignos – sem reconstrução
- Ulectomia
- Ulotomia

**2.2.3** Os serviços prestados pela Contratada deverão observar as resoluções e demais atos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vigentes e vindouros, inclusive os termos da Resolução Normativa n. 465/2021 - ANS, além das obrigações contidas neste termo de referência, contrato, e legislação vigente.

## **2.3 DAS ESPECIFICAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

**2.3.1** – Efetuar a prestação de serviços aos beneficiários de assistência odontológica no estado de Rondônia, com atendimento de urgência e emergência, de acordo com as condições e prazos propostos, incluindo atendimento de emergência 24 (vinte e quatro horas), em todos os dias da semana.

**2.3.2** – Tais serviços deverão ser executados pelos profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Odontologia e constantes em cadastro próprio.

**2.3.3** Garantir o acesso do beneficiário aos serviços e procedimentos definidos no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde da ANS para atendimento integral das coberturas previstas na [Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998](#), no

município onde o beneficiário demandar, com cobertura no estado de Rondônia.

**2.3.4** Na hipótese de indisponibilidade ou inexistência de prestador integrante da rede assistencial que ofereça o serviço ou procedimento demandado, incluindo urgência e emergência, no município onde o beneficiário demanda o serviço, com cobertura no Estados de Rondônia, a contratada deverá:

a) garantir o atendimento em prestador não integrante da rede assistencial no mesmo município mediando o pagamento do serviço ou procedimento através de acordo com o prestador;

b) na indisponibilidade ou inexistência de prestadores nas hipóteses listadas, a contratada deverá garantir o transporte do beneficiário até um prestador apto a realizar o devido atendimento, assim como seu retorno à localidade de origem;

c) Nas hipóteses de demora da contratada em garantir o serviço ou procedimento previsto nas alíneas 'a' e 'b', conforme prazos estabelecidos pela ANS, ou ainda, de dificuldade de comunicação do beneficiário com a contratada, após comprovada a tentativa de contato telefônico e por e-mail sem resposta por 24 h, que culminem no pagamento dos serviços e procedimentos pelo beneficiário, a contratada deverá ressarcir-lo pela tabela da operadora, conforme cláusula de reembolso;

d) A escolha do meio de transporte fica a critério da contratada, porém de forma compatível com os cuidados demandados pela condição de saúde do beneficiário;

e) A garantia de transporte deve se estender ao acompanhante nos casos de beneficiários menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos, pessoas portadoras de deficiência e pessoas com necessidades especiais, estas duas últimas mediante declaração do cirurgião-dentista;

**2.3.5** Disponibilizar aos beneficiários contato e atendimento telefônico sobre a garantia de acesso ao objeto deste TR, item 02, assim como para informações e orientações sobre os serviços contratados, rede credenciada, autorização de procedimentos e outras dúvidas que possam surgir (seguindo a ARN nº395/16 ou Norma reguladora superveniente);

**2.3.6** - Reembolso, nos limites das obrigações contratuais das despesas efetuadas pelo beneficiário, titular ou dependente, com assistência à saúde, de acordo com a relação de preços de serviços odontológicos praticados pelo plano contratado, pagáveis no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega à operadora da documentação adequada;

**2.3.7** - Quando o beneficiário residir em cidades sob Jurisdição deste Regional (Anexo I) ou em cidades que façam parte da área de abrangência do contrato e que não dispuserem de rede credenciada e/ou que essa seja considerada insuficiente para a cobertura do contrato e, ainda, na hipótese de descumprimento do disposto no item 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.5, caso o beneficiário, após ter feito contato com a contratada ou no caso de não conseguir contato com a contratada, seja obrigado a pagar os custos do atendimento, a contratada deverá reembolsá-lo pela tabela da operadora no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da solicitação de reembolso, inclusive as despesas como o transporte, conforme prevê a Resolução Normativa n. 259 da ANS;

**2.3.8** - As requisições de exames poderão ser solicitadas por cirurgiões-dentistas deste Regional, devendo ser aceitas prontamente e, quanto aos exames solicitados por outros dentistas não conveniados, serão transcritos/trocados na sede administrativa da empresa contratada pela respectiva guia padrão;

**2.3.9** - A contratada deverá absorver automaticamente os tratamentos e procedimentos novos que surgirem dentro do período de vigência contratual, bastando para isso, o implemento dos mesmos como obrigatórios através das Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;

**2.3.10** - A contratada obriga-se a assegurar aos beneficiários dos serviços - objeto do presente Termo de Referência - total cobertura na Assistência Odontológica e exames radiológicos. Em caso de impasse entre a contratada e os dentistas credenciados, a contratada realizará o ressarcimento de acordo com item 2.3.7 do presente instrumento, da despesa efetuada pelo usuário neste período.

**2.3.11** - Disponibilizar guia odontológico eletrônico, de fácil acesso, conforme a modalidade de plano a que pertença o beneficiário, constando nome, telefone e endereço dos cirurgiões-dentistas, clínicas e outras entidades da área de odontologia e serviços auxiliares, devendo o referido guia ser atualizado constantemente;

**2.3.12** - A contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades.

## **2.4 DA ABRANGÊNCIA E COBERTURA DA REDE PRESTADORA DOS SERVIÇOS:**

**2.4.1** O TRE-RO busca, nesta contratação, garantir a todos os beneficiários de seu plano de saúde odontológico o efetivo acesso a todos os serviços e coberturas descritos neste instrumento.

**2.4.2** Tais serviços devem ser prestados em **âmbito Estadual - Estado de Rondônia** pela contratada, através de estabelecimentos prestadores de assistência à saúde, sejam próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou a ela vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar.

**2.4.3** Todos os estabelecimentos de que tratam o item 2.4.2, devem aceitar como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela contratada onde deverá ser física e digital.

**2.4.4** Todos os estabelecimentos de que tratam o item 2.4.2 não poderão exigir qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados.

## **2.5 DO PÚBLICO ALVO:**

**2.5.1** São beneficiários os magistrados ativos, desde que não sejam beneficiários de outro programa de assistência nos Tribunais de origem ou de sistema privado de saúde, no caso dos membros da classe dos juristas, todos

os servidores do TRE-RO, ativos e inativos, seus respectivos dependentes, os pensionistas e os servidores requisitados ou cedidos que aderirem ao Programa de Assistência Médica e Social (PAMS) dos servidores do TRE-RO na forma regulamentada pela Resolução TRE-RO n. 3/15. São beneficiários do PAMS:

**I – titulares:**

- a)** os membros do Tribunal, titulares e suplentes;
- b)** os servidores ativos e inativos;
- c)** os servidores cedidos, removidos ou com lotação provisória para órgão da administração pública federal, ocupantes de cargos de provimento efetivo pertencentes ao quadro permanente do TRE-RO;
- d)** os ocupantes de cargo em comissão ou exercentes de função comissionada do TRE-RO;
- e)** os servidores da Justiça Eleitoral removidos para o TRE-RO;
- f)** os pensionistas estatutários.

**II – dependentes:**

- a)** cônjuge ou companheiro, inclusive de união homoafetiva, na união estável;
- b)** filhos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia;
- c)** enteados menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor;
- d)** menor sob guarda ou tutela concedida por decisão judicial transitada em julgado;
- e)** o absolutamente incapaz, do qual o servidor seja tutor ou curador.

**III – Dependentes especiais:**

- a)** pai e mãe, desde que dependentes econômicos do servidor;

**b)** netos menores de 21 anos, ou com idade até 24 anos, se estudante de curso técnico ou superior, ou, se portadores de necessidades especiais, enquanto durar a patologia, que vivam às expensas do servidor.

**2.5.2** O contratante poderá, atendendo a sua conveniência e/ou necessidade, requerer a inscrição de novos beneficiários, obedecendo aos limites estabelecidos no contrato, seja na qualidade de beneficiário titular ou de beneficiário dependente.

**2.5.3** É defeso à contratada negar ou obstaculizar a inscrição de beneficiário requerida pelo contratante.

**2.5.4** Perderá a qualidade de beneficiário, conforme o disposto no inciso V do Artigo 16 da Lei n. 9.656/98, o beneficiário que for punido com demissão.

**2.5.5.** Ao beneficiário coberto pelo Plano de Assistência Odontológica, de que trata este Termo de Referência, em decorrência do vínculo empregatício, no caso de exoneração, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, desde que assuma o seu pagamento integral, conforme dispõe o “*caput*” do artigo 30 da Lei n. 9.656/98.

## **2.6 DA CARÊNCIA:**

**2.6.1** Não deverá ser imposta carência aos beneficiários por ocasião da inclusão do Plano Odontológico contratado.

## **3 - DA JUSTIFICATIVA**

**3.1** O TRE-RO possui em seu quadro de pessoal dois cirurgiões dentistas e um técnico de higiene bucal - THD, porém, como é sabido, um dos cirurgiões dentistas foi removido para acompanhamento do seu cônjuge e o outro cirurgião dentista já completou os requisitos para aposentadoria e atualmente está recebendo abono de permanência, podendo se aposentar a qualquer momento.

**3.2** Com a aposentadoria do único cirurgião dentista lotado no TRE-RO os atendimentos odontológicos deverão ser interrompidos, não sendo possível nem mesmo a realização de procedimentos de limpeza, já que a regulamentação da profissão de THD proíbe expressamente sua atuação sem o acompanhamento de um Cirurgião Dentista.

**3.3** Outra questão que devemos considerar é a quantidade de procedimentos que poderemos disponibilizar aos servidores e seus dependentes, considerando que atualmente nosso rol de procedimentos é limitado, considerando a atuação de um profissional, sendo possível somente a realização de procedimentos básicos, Quando da necessidade de continuação do tratamento com especialista o servidor precisa custear suas despesas. Ao optarmos por uma contratação expandimos a quantidade de procedimentos a serem realizados e disponibilizamos, ao servidor e seus dependentes, profissionais especializados e a possibilidade de realização de exames de diagnóstico odontológicos, tais como radiografias panorâmicas.

**3.4** Hoje são realizados apenas procedimentos odontológicos preventivos e procedimentos restauradores básicos na própria Sede em Porto Velho.

**3.5** Além disso, a contratação do plano facilitará o acesso aos serviços odontológicos aos servidores e seus dependentes que não estão lotados no município de Porto Velho, aumentando assim a cobertura assistencial do PAMS.

## **4 – DO PLANEJAMENTO**

**4.1** Com relação ao planejamento estratégico e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a contratação de forma objetiva e leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

**4.2** Por fim, o objeto deste Projeto Básico vem ao encontro de todos os objetivos estratégicos constantes no planejamento estratégico deste Tribunal, uma vez que os serviços objetos da contratação ora pleiteada, além do atendimento à legislação específica, são a demonstração clara da importância dada pelo Tribunal com o cuidado e a valorização de todos que aqui laboram. Tal preocupação foi ratificada no PLANO ESTRATÉGICO 2021/2026 deste Tribunal quando definiu como um de seus objetivos estratégicos o Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, que abrange atenção à saúde e à qualidade de vida no trabalho. Conforme [https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5\\_of\\_mapa-estrategico-2015-2020-](https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5_of_mapa-estrategico-2015-2020-)



[1620754149187/rybena\\_pdf?file=https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5\\_of\\_mapa-estrategico-2015-2020-1620754149187/at\\_download/file](https://www.tre-ro.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico/arquivos/copy5_of_mapa-estrategico-2015-2020-1620754149187/at_download/file)

## 5. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

**5.1** O Decreto Federal n. 10.024/2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, materializa o Princípio do Desenvolvimento Sustentável, recentemente albergado no art. 3º da Lei n. 8.666/93, observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

**5.2** Por sua vez o **Art. 6º da Resolução CNJ n. 347/2020** estabelece que os órgãos do Poder Judiciário devem elaborar e implementar Planos de Logística Sustentável – PLS, cuja gestão está prevista no **Art. 4º da Resolução CNJ n. 400/2021**.

**5.3** Neste Tribunal, o PLS 2020-2025 foi instituído através da Portaria TRE-RO n. 131/2020. Após consulta ao referido Plano, verificou-se que não há ações e estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável diretamente associadas à contratação destes serviços.

**5.4** Todavia, o **Art. 21 da Resolução CNJ n. 400/2021** estatui que as aquisições e contratações realizadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, citando entre eles alguns que constam da Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010 que, de igual forma, também dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.

Nesses termos, serão exigidos os seguintes **requisitos sociais e ambientais** da futura prestadora dos serviços:

**a)** Usar equipamentos homologados pela Anatel e ABNT, no que diz respeito a normas ambientais;

- b)** Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- c)** Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- d)** Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos, incluindo práticas de logística reversa;
- e)** Dar preferência ao uso de bens constituídos por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2;
- f)** Todos documentos ou artefatos gerados pela contratada, salvo manifestação explícita pelo TRE-RO deverão ser entregues em formato digital respeitando-se as normas técnicas.

**5.5** A qualquer momento, a fiscalização ou a gestão do contrato poderá realizar diligências e eventualmente notificar a empresa contratada para comprovar o cumprimento dessas exigências.

## **6 - DO VALOR ESTIMADO**

**6.1.** O valor estimado para a contratação dos serviços especificados neste termo de referência, para um período de 12 (doze) meses, é de **R\$ 66.269,28 (sessenta e seis mil e duzentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)**, conforme detalhado na Informação Conclusiva Valor estimado ([0822763](#)) subsidiada por valores cotados pela SLC.

**6.2** A SAMES providenciou o levantamento dos interessados em aderir ao plano odontológico em contratação, com custeio integral pelo servidor, descontado em folha de pagamento, resultando em 210 interessados, sendo 79 servidores e 131 dependentes. Para efeito de estimativa dessa contratação consideraremos a quantidade de 210 acrescido de 15%, ou seja **242**. Embora haja a previsão de aumento global de beneficiários na ocasião do início do contrato e ao longo deste.

### **6.3 DOS PREÇOS REFERENCIAIS:**

**6.3.1** Os valores serão unitários per capita, com observância desses critérios em vários órgãos públicos e associações de classe cujos objetos dos contratos são semelhantes ao deste TR. Os valores médios per capita, mensal estão apresentados a seguir:

<b>PREÇOS CONSIDERADOS</b>		
<b>ÓRGÃO / ENTIDADE</b>	<b>SEI</b>	<b>PREÇO PER CAPITA</b>
CRO-PR	<a href="#">0756769</a>	R\$ 19,29
TRE-SE	<a href="#">0756772</a>	R\$ 19,90
CRM-RS	<a href="#">0756774</a>	R\$ 22,95
TRE-AP	<a href="#">0756777</a>	R\$ 25,80
GOVERNO-TO	<a href="#">0756781</a>	R\$ 26,16
<b>MÉDIA PREÇOS PESQUISADOS</b>		<b>R\$ 22,82</b>

#### **6.4 DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO:**

**6.4.1** As despesas decorrentes deste termo de referência deverão ser suportadas da seguinte forma:

O montante de **R\$ 66.269,28 (sessenta e seis mil e duzentos e sessenta e nove reais e vinte e oito centavos)** à conta da participação dos servidores do TRE-RO no custeio do programa, nos termos da Resolução TRE-RO n. 03/2015.

### **7- DO CERTAME LICITATÓRIO**

#### **7.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**7.1.1** Tratando-se de serviços com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado e não havendo aferição de outros fatores que possam influenciar no seu preço final, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, do tipo **MENOR PREÇO**, na forma de **EXECUÇÃO INDIRETA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, consoante as condições definidas neste TR.

**7.1.2** Deverá ser adotada modo de disputa por LANCES ABERTOS, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019.

## **7.2 INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA TODOS OS ITENS:**

**7.2.1** Apesar do valor estimado dos serviços não superarem o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), critério adotado para exclusividade de participação de ME e EPP, por se tratar de contratação de planos de saúde e que essa regra inviabilizaria o procedimento licitatório, visto que as empresas do ramo não se enquadram com ME/EPP's. Não será aplicado as regras do art. 48, II da Lei Complementar n. 123/2006 e art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, que estabelecem a participação exclusiva de ME/EPPS em certames com itens até esse valor.

**7.2.2** As ME/EPP's, caso existam, poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação e disciplinadas no edital.

## **7.3 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

**7.3.1** As propostas deverão cumprir todos os requisitos, condições e encargos estabelecidas neste instrumento.

**7.3.2** Os preços propostos pelos licitantes deverão abranger todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços em perfeita consonância com a especificação deste Termo de Referência, contemplando, se for o caso, a mão de obra, materiais, todos os encargos fiscais, sociais e eventualmente trabalhistas decorrentes da prestação dos serviços.

**7.3.2.1 IMPORTANTE:** Na definição do preço, os licitantes podem considerar:

**I - O contrato poderá ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, desde que presente os requisitos do Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, motivo pelo qual a contratação tende a resultar em valor somatório mais atrativo que apenas o valor estimado da contratação;**

**II - O maior percentual de população é jovem, até 33 anos (43%) e a faixa reduzida dos usuários acima de 59 anos (15%), com baixo índice de crescimento vegetativo dos dependentes, o que confere maior estabilidade dos custos do contrato.**

**7.3.3** O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado com a concordância do proponente.

**7.3.4** São documentos complementares da proposta:

**I - DECLARAÇÃO da empresa licitante de:**

a) Que possui estabelecimentos prestadores de serviço de assistência odontológica, **CONFORME RELAÇÃO ANEXA APRESENTADA PELA LICITANTE**, quer sejam próprios, credenciados, conveniados, cooperados, ou a ela vinculados sob qualquer forma regular admitida na legislação específica de saúde complementar, nas localidades relacionadas no **Anexo I** deste Termo de Referência;

b) Que todos os estabelecimentos de que tratam o item anterior aceitam, como forma de proporcionar o atendimento, além da identificação do usuário, apenas a apresentação da credencial fornecida pela própria contratada;

c) Que todos os estabelecimentos de que tratam na alínea "a" (acima), indicados pela contratada, não exigem qualquer tipo de adiantamento pecuniário ou qualquer tipo de garantia prévia para o atendimento dos usuários regularmente identificados;

d) Que possuirá, na data de assinatura do contrato, cobertura e custeio de atendimento em rede credenciada, através de um número de credenciados suficiente para atender ao grupo de beneficiários distribuídos no Estado de Rondônia, especialmente nos municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura**, em conformidade com o presente Termo de Referência.

e) Que possuirá instalações, pessoal qualificado, estrutura de suporte para troca de informações (oral e redigida) com a Contratante, suficientes para atender prontamente as demandas inerentes ao objeto a ser contratado.

**II - Tabela de serviços e procedimentos odontológicos, com respectivos valores, praticados pela contratada, inclusive para questões de reembolso;**

**III** - Documentos que comprovem a existência de profissionais credenciados, hospitais, centros médicos, clínicas, laboratórios, centros radiológicos, referentes as especialidades do item 2.0, que devem também estar disponíveis em sítios, (*sites na Internet*) com informações atualizadas, sobre como identificar a rede credenciada estadual. Os serviços especificados devem ser oferecidos em âmbito estadual, dessa forma, as empresas licitantes devem possuir uma denominação (nomenclatura) única, manifestamente reconhecida em todo o território previsto (Rondônia), ou, fornecer informações claras de como serão identificados no estado;

**e.1)** Essa comprovação do credenciamento deverá, no mínimo, atender aos Municípios de **Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná, Cacoal, Jaru, Vilhena, Guajará-Mirim e Rolim de Moura.**

**7.3.5.** Os documentos complementares da proposta poderão ser apresentados em original, cópia autenticada (para evitar eventuais diligências) ou, ainda, publicados em órgão da imprensa oficial. As assinaturas poderão ser reconhecidas em cartório para evitar possíveis diligências durante o certame.

**7.3.6** O início da contratação e da prestação dos serviços ocorrerá a partir da assinatura do contrato. Não serão consideradas as propostas que indiquem períodos iniciais de carência para a prestação de serviços de que trata este Termo de Referência, tanto para servidores cadastrados, como para aqueles que vierem a se cadastrar.

**7.3.7** Serão desclassificadas as propostas em desacordo com as condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

**7.3.8** Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL per capita** para a execução dos serviços objeto especificado no presente Termo de Referência.

## **7.4 HABILITAÇÃO:**

**7.4.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados do

de documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

**7.4.2 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:** A licitante deverá estar regular, podendo apresentar certidão de cadastro do SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante à Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ).

**7.4.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA:** para comprovar a boa situação financeira da empresa, a licitante deverá apresentar:

7.4.3.1 Índice de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral igual ou superior a 1 (um), podendo ser apresentada a certidão do SICAF.

7.4.3.2 **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial**, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica.

7.4.3.2.1 Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o Presidente da CPL exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n. 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação. A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

**7.4.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA:** Para comprovação da habilitação técnico-operacional as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

**I - 01 (um)** Atestado de capacidade técnico-operacional, em nome do licitante, comprovando a prestação de serviços com características similares ao objeto desta licitação, o qual poderá ser expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração, se for o caso, a fim de evitar possíveis diligências durante o certame.

**II** - Registro da operadora junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme o disposto no inciso XXII do art. 4º da Lei 9.961/00.

**III** - Comprovante de Registro na entidade profissional competente (Conselho Regional de Odontologia/CRO).

**7.4.4.1** É facultado ao pregoeiro verificar o atendimento das comprovações exigidas no incisos I e II, do subitem anterior, por meio de consulta aos sítios eletrônicos das entidades reguladoras, bem como das demais condições de habilitação do 7.4 quando substituíveis pelo SICAF.

## **8 - DO CONTRATO**

### **8.1 DOS PROCEDIMENTOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO:**

**8.1.1** A adjudicatária será formalmente convocada para assinatura do contrato, adaptado a sua proposta vencedora, observadas as disposições do edital.

**8.1.2** No ato da assinatura do contrato a adjudicatária deverá apresentar regularidade por meio das certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça, podendo ser substituídas pela certidão do SICAF. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a adjudicatária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.

**8.1.3** Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a adjudicatária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

**8.1.4** Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a adjudicatária será convocada para assinar o contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

**8.1.5** Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa



situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**8.1.6** Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

**8.1.7** Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

**8.1.8** À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei n. 8.666/93 e suas alterações, a legislação aplicável aos planos de saúde, a Instrução Normativa TRE-RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE-RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

**8.1.9** O descumprimento injustificado, pela adjudicatária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato (§ 2º do art. 48 do Decreto n. 10.024/2019), sujeitando-se também a adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

## **8.2 DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO:**

**8.2.1** Início da execução e vigência: a partir assinatura do contrato, com vigência de 12 (doze) meses..

**8.2.2** Os serviços de assistência à saúde possuem a **natureza de serviços contínuos**, enquadramento jurídico que possibilita a prorrogação do contrato por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei 8.666/93, observado, ainda os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- c) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93);
- d) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

### **8.3 DO EVENTUAL REAJUSTAMENTO E DO EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:**

**8.3.1** Caso ocorra a prorrogação do contrato, os valores estipulados em contrato serão reajustados, após decorridos 12 (doze) meses, com base na variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha substituí-lo, de acordo com regulamentação do órgão governamental competente.

**8.3.2** O marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação de índices de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento a que a proposta se referir.

**8.3.3** Admite-se eventual reequilíbrio econômico-financeiro na forma e condições previstas pelo art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, ajustes ou alterações das condições inicialmente pactuadas, em qualquer caso com comprovada repercussão financeira sobre o contrato.

### **8.4 DAS ALTERAÇÕES:**

**8.4.1** Havendo necessidade e justificativa, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

## **9 - DA GARANTIA CONTRATUAL**

**9.1** Para assegurar a plena execução do contrato, a contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da assinatura do contrato, **GARANTIA CONTRATUAL** correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

**I** - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - Seguro-garantia;

**III** - Fiança bancária **emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).**

**9.2** Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n . 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato.

## **10 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**10.1** Fornecer a relação dos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência dos inscritos;

**10.2** Requerer formalmente a inscrição de novos beneficiários, responsabilizando-se pelas informações sobre titularidade e dependência desses;

**10.3** Comunicar a inclusão de qualquer beneficiário do Plano de odontológico, até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês à contratada;

**10.3.1** Os beneficiários inscritos têm o direito aos serviços contratados a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

**10.4** Comunicar à contratada a exclusão de qualquer beneficiário do Plano de Saúde até o dia 25 de cada mês;

**10.4.1** Os beneficiários excluídos têm o direito aos serviços contratados até o último dia do mês da solicitação, sendo a exclusão efetivada a contar do primeiro dia do mês subsequente.

**10.5** - Informar imediatamente à contratada perda, roubo ou dano à credencial de identificação do beneficiário, para cancelamento ou, quando for o caso, para emissão de segunda via;

**10.6** - Pagar pela prestação dos serviços, nos termos definidos neste Termo de Referência;

**10.7** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

## **11 - DOS PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS AOS PAGAMENTOS**

**11.1** Sistema de pagamento: através **pagamento antecipado correspondente ao valor da parcela mensal única *per capita* definida no contrato**. Registra-se que essa modalidade de pagamento é a que melhor se amolda às necessidades e capacidade operacional deste Serviço de Assistência Médica e Social (SAMES), tendo em vista que exige menor desprendimento administrativo para o gerenciamento do contrato, evidenciando-se menos burocrática e mais segura a liquidação das despesas.

**11.1.1 JUSTIFICATIVA PARA O PAGAMENTO MENSAL ANTECIPADO DOS SERVIÇOS (Acórdão TCU 1.341/2010 - Plenário:** O Art. 15, inciso III, da Lei n. 8.666/93 estabelece uma regra geral para as aquisições públicas, dispondo que essas devem se submeter às condições de aquisição e pagamento semelhantes àsquelas do setor privado, sendo o pagamento antecipado da fatura prática usual do mercado. Além disso, na ocorrência de interrupção da prestação dos serviços, a Administração poderia lançar mão da garantia contratual existente.

**11.1.2** De outra forma, a utilização do sistema de pagamento por reembolso é inviável a esta administração, haja vista que esbarra na grande dificuldade relativa a sua operacionalização, pois exige uma estrutura administrativa que o

SAMES não dispõe, capaz de executar sistemas de cadastros, controlar emissões de autorizações prévias, controlar cobranças de coparticipações do usuário, realizar auditorias médicas e de faturas emitidas pela contratada e pela prestadora dos serviços, dentre outras atividades necessárias à dinamização do sistema. Sendo certo que não temos estrutura administrativa nem pessoal suficientemente disponibilizados para tais serviços de auditoria, o que tornaria frágil o sistema, evidenciando potencial prejuízo ao erário nos casos de falhas ou eventual fraude intentada pelo prestador dos serviços cobrados ao usuário. Por essas razões é que se pleiteia a mesma sistemática de pagamento antecipado.

**11.2 Para o pagamento, mensalmente, a empresa contratada deverá apresentar a fatura/nota fiscal de acordo com o rol de beneficiários fornecidos pela Secretaria de Gestão de Pessoas do TRE-RO, e esta ficará encarregada da respectiva conferência e certificação e, a seguir, encaminhá-la para a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade para processar o respectivo pagamento.**

**11.2.1** Havendo inconsistências no rol apresentado, o gestor do contrato devolverá a fatura/nota fiscal à contratada para regularização do rol e apresentação de novos documentos de pagamento.

**11.2.2** O prazo para pagamento somente será iniciado após a apresentação da nova fatura/nota fiscal - acompanhado do novo rol de beneficiários - totalmente de acordo com as regras de pagamento previsto no item 11.

**11.2.3** Para fazer jus ao pagamento a contratada deverá comprovar a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça.

**11.2.4** A contratada deverá apresentar, juntamente com a fatura mensal, relatório mensal de usuários, além de relatório de movimentações de inclusões e exclusões efetuadas;

**11.2.5 Sempre que solicitado pelo contratante, a contratada deverá comprovar os repasses e pagamentos realizados à rede credenciada. A ausência de comprovação poderá ensejar a suspensão dos pagamentos futuros.**

**11.2.6** O pagamento será realizado após liquidação da despesa por meio de ordem bancária através do Banco do Brasil S/A, até 15 (quinze) dias úteis,

mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pela Seção de Assistência Médica do TRE-RO.

**11.2.7** Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = \frac{0,00016438}{365}$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**11.2.8** A compensação financeira prevista neste item será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

**11.2.9** Os faturamentos seguirão a convenção de mês comercial, inclusive os proporcionais (pro rata die). Essa convenção também se aplicará a reajustes, repactuações, acréscimos, supressões, prorrogações e demais alterações contratuais supervenientes.

## **12 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1** Realizar o objeto do contrato nas condições, preços e prazos nele estabelecidos, no edital de pregão a ser realizado e na sua proposta;

**12.2** Entregar a credencial de todos os beneficiários, inicialmente inscritos pelo contratante no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura do instrumento contratual;

**12.3** Proceder à inscrição de novos beneficiários, seja na qualidade de beneficiário - titular ou de beneficiário - dependente, na forma prevista neste instrumento;

**12.4** Entregar a credencial dos novos beneficiários inscritos pelo CONTRATANTE no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento do requerimento do contratante;

**12.5** Fornecer ao contratante, sempre que solicitado, relação profissionais e estabelecimentos próprios e integrantes da REDE CREDENCIADA da Contratada e seus endereços, bem como dos serviços contratados, glossário de termos técnicos e material explicativo;

**12.6** Nomear e manter atualizada a informação sobre preposto, com dados pessoais, contatos telefônicos, e-mail e endereço para encaminhamento de ofícios e notificações que se fizerem necessárias durante a vigência contratual.

**12.7** Responder no prazo de 48 horas às demandas da Contratante formalizadas por meio de ofícios, notificações ou consultas, independentemente o meio de comunicação.

**12.8** Indicar ao CONTRATANTE o nome do responsável pelo contato e um preposto e fornecer, sempre que solicitado, relação dos funcionários da administração responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato;

**12.9** Manter-se durante a execução do contrato, com todas as condições de habilitação exigidas no edital de pregão respectivo, apresentando, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública e/ou com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito - CND), com o FGTS (Certificado de Regularidade de Situação – CRF), com a Justiça do Trabalho e com o CNJ (Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ);

**12.10** Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do contratante, cabendo à contratada prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

**12.11** Responsabilizar-se pelos danos pessoais ou materiais diretamente causados por sua ação/omissão ou por integrantes de sua REDE CREDENCIADA ao contratante, aos beneficiários por ele inscritos ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o contratante proceder à fiscalização ou o acompanhamento da execução dos referidos serviços;

**12.12** Arcar com todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência e **comprovar, sempre que solicitado pelo contratante, os repasses e pagamentos à rede credenciada;**

**12.13** Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

**12.14** Comunicar por escrito e imediatamente ao Contratante a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**12.15** Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante o ingresso de profissionais ou estabelecimentos de saúde em sua rede credenciada que tenha em sua direção pessoas com os vínculos descritos no item anterior;

**12.16** Reembolsar despesas decorrentes de casos de urgência ou emergência, quando se demonstrar que o beneficiário não teve condições de usar os serviços próprios ou credenciados da CONTRATADA, limitadas aos valores atribuídos pela CONTRATADA aos seus serviços próprios ou contratados;

**12.17** Reembolsar o beneficiário nos casos em que não dispuser, por meio próprio ou por meio credenciado, da especialidade de tratamento na localidade em que se encontre o usuário. Nesse caso, o usuário terá direito a reembolso da despesa decorrente, limitado aos valores atribuídos pela contratada aos seus serviços próprios ou contratados;

**12.18** Nas localidades onde não haja cirurgião dentista conveniado, a contratada deverá reconhecer e pagar o procedimento definido pelo cirurgião dentista, bem como o serviço prestado por profissional ou estabelecimento clínico ou de diagnóstico, da confiança do paciente, bem como o tratamento odontológico recomendado, sem restrições, desde que constante do rol de procedimentos da ANS, mediante laudo técnico fornecido pelo profissional;



**12.19** Os reembolsos serão realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da documentação comprobatória do atendimento, assim considerada:

**12.19.1** Relatório do cirurgião dentista assistente;

**12.19.2** Conta com descrição dos procedimentos (exames, taxas e materiais) e honorários do profissional; e

**12.19.3** Nota fiscal dos serviços prestados e/ou correspondente recibo de quitação.

**12.20** Todas as especificações contidas no Objeto desta Licitação completam-se com o conteúdo deste instrumento, que contém informações, instruções e orientações sendo parte integrante do edital;

**12.21** A empresa contratada responsabiliza-se por todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações de ordem trabalhistas, previdenciária e cível, decorrentes das suas atividades;

**12.22** Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do presente contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor estimado para a execução dos serviços ou, mediante acordo das partes, supressões em percentuais superiores, na forma do artigo 65, §§ 1º e 2º, da Lei n. 8.666/93;

**12.23** Cumprir todas as leis e demais normas aplicáveis à execução dos serviços, mesmo que não referidas expressamente neste instrumento, no edital ou no contrato.

## **13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1. SANÇÕES MORATÓRIAS:** Além das demais sanções decorrentes do certame licitatório, o descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa moratória consoante o art. 86 da Lei n. 8666/93, na forma seguinte:

**13.1.1.** Atraso injustificado na entrega das credenciais, magnéticas ou não, aos beneficiários:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,1 % (um décimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.2.** Atraso injustificado na expedição de autorização para realização de exames e procedimentos:

**a)** até 24 (vinte e quatro) horas, multa de 0,3 % (três décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

**b)** a partir da 25<sup>a</sup> (vigésima quinta) até a 72<sup>a</sup> (septuagésima segunda) hora, multa de 0,5% (cinco décimos por cento), incidente sobre o valor da fatura mensal;

**c)** superior a 72 (setenta e duas) horas poderá caracterizar inexecução do Contrato.

**13.1.3.** Atraso injustificado no reembolso de despesa decorrente de serviço prestado por profissional ou estabelecimento de saúde, quando a Contratada não o possuir em sua rede própria, credenciada, conveniada, cooperada ou a ele vinculada sob qualquer forma regular admitida na Legislação específica de saúde complementar dentro da circunscrição geográfica do domicílio do usuário:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido e não reembolsado;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor efetivamente devido não reembolsado;

**c)** atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.4.** Suspensão injustificada e indevida na prestação de qualquer serviço objeto da contratação:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, 2,0% (dois por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.5.** Atraso na entrega de garantia contratual:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.6.** Deixar de informar os dados do preposto e do responsável pelo contrato ou, ainda, deixar de informar a relação de seus funcionários responsáveis pelo atendimento ao fiscal do contrato:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato.

**13.1.7.** Descumprimento das demais obrigações estabelecidas no contrato, no edital e sua proposta, após formalmente notificado pela fiscal ou gestor do contrato:

**a)** até 5 (cinco) dias, multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

**b)** a partir do sexto até o décimo dia, multa de 1,0% (um por cento) ao dia, incidente sobre o valor da obrigação inadimplida ou, caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato;

**c)** superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar a inexecução do Contrato ou também a reiteração/reincidência de conduta faltosa, em um lapso de 60 (sessenta) dias após regular notificação.

**13.2 SANÇÕES PUNITIVAS:** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à contratada:

**13.2.1 Advertência escrita** nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**13.2.2 Multa de até 10% (dez por cento)** sobre o valor das obrigações inadimplidas (caso não seja possível mensurá-la financeiramente, sobre o valor do contrato), tendo como teto o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela contratada;

**13.2.3 Suspensão temporária** para participação em licitações com a administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**13.2.4 Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**13.2.5** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei n. 10520/02).

**13.3** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste Termo de Referência, como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n 8666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**13.3.1** A Administração do Contratante poderá deixar de declarar a inexecução total do Contrato, quando:

- a)** a infração não tenha trazido prejuízo para o Contratante; nem benefício ao Contratado;
- b)** o Contratado tenha incorrido em equívoco na compreensão das regras do Contrato, claramente demonstrada no processo;
- c)** o Contratado tenha adotado voluntariamente providências suficientes para reparar a tempo os efeitos danosos da infração.

**13.3.2** A Administração do Contratante declarará a inexecução total do contrato, quando:

- a)** a prática infracional tenha criado risco ou consequência danosa à saúde do beneficiário;
- b)** o Contratado tenha deixado, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar providências para atenuar ou evitar suas consequências danosas;
- c)** o Contratado seja reincidente, nos termos do item 13.1.7, "c" deste Termo de Referência.

**13.4** O contratante poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações

assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

**13.5** A multa eventualmente imposta ao contratado será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

**13.6** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o contratado não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6830/80**).

**13.7** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**13.8** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **14 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**14.1** A Gestão do contrato será realizada pelo chefe da Seção de Assistência médica e Social, ou por quem suas vezes fizer.

**14.2** A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores **Tiago Silva de Oliveira**, com apoio da equipe Técnica da SAMES.

**14.3** A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a Contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

**14.4** A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial, ainda que pela internet (e-mail), e anotações ou registros no relatório de serviços.

**14.5** Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 (disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>). A contratada será cientificada das eventuais alterações dessa norma) e na legislação em vigor.

## ANEXO 1

### LISTA DE MUNICÍPIOS COM UNIDADES DA JUSTIÇA ELEITORAL.

	<b>MUNICÍPIOS</b>
1	Guajará Mirim
2	Porto Velho
3	Ji-Paraná
4	Presidente Médici
5	Vilhena
6	Costa Marques
7	Ariquemes
8	Colorado do Oeste
9	Pimenta Bueno
10	Jaru
11	Cacoal
12	Espigão do Oeste
13	Ouro Preto do Oeste
14	Rolim de Moura
15	Nova Brasilândia do Oeste
16	Cerejeiras
17	Alta Floresta do Oeste
18	Alvorada do Oeste
19	Santa Luzia do Oeste
20	Machadinho do Oeste
21	Buritis

	<b>MUNICÍPIOS</b>
22	São Miguel do Guaporé



Documento assinado eletronicamente por **ELISÂNGELA ALVES SILVA TIVANELLO, Técnico Judiciário**, em 21/07/2022, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Silva de Oliveira, Analista Judiciário**, em 06/09/2022, às 14:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0863651** e o código CRC **682538D3**.

0002606-07.2021.6.22.8000

0863651v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002606-07.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de pessoa jurídica especializada - Operadora de Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 112 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**



**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários deste Tribunal, conforme Termo de Abertura **de outubro de 2021** ([0722448](#)).

**02.** O relato completo do procedimento, até a sua aprovação pela autoridade administrativa, está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 33**, de 19/05/2022, o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste relato.

**03.** No que relevante, tem-se que o certame do Pregão Eletrônico n. 20/2022, cujo edital fora aprovado pelo Parecer **Jurídico n. 66**, de 28/06/2022 ([0849719](#)), foi objeto de alguns questionamentos, todos devidamente respondidos e esclarecidos pela SAMES, unidade demandante que, ao final, por meio da Informação n. 93, de 11/07/2022 ([0857258](#)), reconheceu: **a)** a existência de contradição em relação à regra de reembolso dos valores; e **b)** a necessidade de incluir na qualificação econômico-financeira a apresentação de balanço patrimonial das licitantes. Em razão de tais alterações a unidade solicitou a suspensão temporária do certame licitatório para as devidas correções no Termo de Referência. Assim, veio ao processo a comprovação da disponibilização do evento de suspensão do pregão no SIASG/NET ([0857524](#)) e da publicação do ato no DOU ([0858150](#)).

**04.** Na sequência veio ao processo o novo termo de referência ([0858398](#)), o qual, em primeira análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, foi objeto das diligências descritas no evento [0863511](#) e que, para seu cumprimento, culminaram no definitivo TERMO DE REFERÊNCIA N. 23/2022 - COEDE (0863651), novamente analisado e agora considerado regular pela SAC ([0863845](#)).

**05.** Em função das alterações promovidas no TR, também foi elaborada nova minuta do futuro contato pela SECONT, juntada ao processo no evento ([0864102](#)).

**06.** Como já registrado no item 34, II, do Parecer n. 33/2022 ([0832265](#)): *"considerando que não haverá participação orçamentária do órgão, haja vista que a despesa será custeada integralmente pelos beneficiários, na forma modelada para a contratação reproduzida no Termo de Referência (...)* ([0831757](#)), *tem-se como dispensada a comprovação de disponibilidade orçamentária na ação orçamentária de Assistência Médica e Odontológica em 2022 para a deflagração do certame e futura contratação da vencedora da licitação;"*.

**07.** Assim, o processo foi enviado para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JÚRIDICA**

**08.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**09.** Releva registrar que o termo de referência em análise, na sua essência, foi objeto de considerações e manifestação pela aprovação da autoridade administrativa por meio do **Parecer Jurídico n. 33**, de 19/05/2022 ([0832265](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade como parte integrante deste parecer.

**10.** Pode-se acrescentar que não há reparos à exigência habilitatória acrescentada pela SAMES em relação de apresentação de **balanço patrimonial** e a demonstração de **índices mínimos de liquidez**, medidas voltadas à comprovação da boa saúde financeira das licitantes, até porque tais encargos estão previsto expressamente na Lei n . 8.666/93, veja-se:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

I - balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

III - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação.

§ 1º A exigência de índices limitar-se-á à demonstração da capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato, vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior, índices de rentabilidade ou lucratividade. ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

(...) (sem destaques no original)

**11.** De notar-se que o objeto é constituído por serviços com obrigações futuras. Nesse caso, embora haja orientações que apontam a possibilidade de dispensa da exigência de apresentação do balanço patrimonial (*vide conclusões do Parecer Consultivo de 18 de março de 2020, divulgado pela Orientação Jurídica Negócios Públicos (disponível para assinantes em: <https://sollicita.com.br/Home?ReturnUrl=%2f>)*), tem-se, de fato, como melhor prática a adoção da obrigação positiva como regra

geral, a teor de expressa disposição da L. 8.666/93, que não o inclui na exceção disciplinada, veja-se:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

(...).

**12.** De igual forma, a segunda alteração para correção do **critério de reembolso**, nos limites dos preços de serviços odontológicos praticados pelo plano contratado, deu-se pela contradição da regra geral com as obrigações específicas da contratada. Assim, configura-se simples ajuste para harmonizar as regras da contratação e evitar-se futuras discussões.

**13.** Verifica-se, ainda, que a minuta do futuro contrato que regulará a relação das partes na execução dos serviços, juntada ao processo no evento [0864102](#), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### III – CONCLUSÃO

**14. Pelo exposto**, considerando ainda os elementos que constam no **Parecer n. 33/2022**, da lavra desta unidade jurídica ([0832265](#)), o qual adota-se, por celeridade e economicidade, como parte integrante deste, naquilo que aplicável, opina esta Assessoria Jurídica:

I – **preliminarmente**, que a contratação, por meio de licitação, de operadora de plano de assistência odontológica em âmbito estadual, na modalidade coletiva empresarial, com **custeio integral pelos servidores beneficiários**, poderá ser autorizada pela Administração com fundamento no **art. 230 da Lei n. 8.112/90 e art. 2º c/c o art. 4º, I da Resolução TRE-RO n. 3/2015**, medida também apontada pela unidade de saúde deste Tribunal como necessária e adequada para garantir os serviços odontológicos aos servidores que aderirem ao plano;

II – considerando que **não haverá participação orçamentária do órgão**, haja vista que a despesa será custeada integralmente pelos beneficiários, na forma modelada para a contratação

reproduzida no **Termo de Referência n. 23/2022** ([0863651](#)), tem-se como **dispensada a comprovação de disponibilidade orçamentária** na ação orçamentária de Assistência Médica e Odontológica em 2022 para a deflagração do certame e futura contratação da vencedora da licitação;

III - considerando os elementos que constam do **Termo de Referência n. 23/2022** ([0863651](#)), também analisados e julgados regulares em seus aspectos formais pela unidade competente ([0863845](#)), o instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (**inciso II do art. 14** da IN TRE-RO n. 004/2008);

IV – pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória **pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**;

V - **inaplicabilidade da regra de destinação exclusiva do certame às ME/EPP's**, haja vista que essa categoria econômica é incompatível com as empresas operadoras de planos de saúde – na forma registrada no TR - motivo pelo qual o regime diferenciado poderá ser afastado com fundamento no **inciso III do art. 49 da LC n. 123/2006** e no art. 10 do Decreto Federal n. 8.538/2015;

VI - na busca da proposta mais vantajosa, tratando de critério de julgamento pelo menor preço, pela **restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação**, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto nº 10.024/2019**.

**15.** Ainda, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica aprova a minuta do contrato que regulará os termos da contratação ([0864102](#)), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

**16.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.

---



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor Jurídico, em 22/07/2022, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0864279** e o código CRC **A1690772**.

0002606-07.2021.6.22.8000

0864279v14



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002606-07.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social - SAMES

ASSUNTO: Aprovação do Termo de Referência e autorização para contratação de pessoa jurídica especializada - Operadora de Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde.

#### **DESPACHO Nº 949 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários deste Tribunal, conforme Termo de Abertura ([0722448](#)).

A deflagração do certame foi autorizada pelo Despacho n. 612/2022-PRES/DG/GABDG ([0833992](#)).

Após a publicação do **Edital de Pregão Eletrônico nº 20/2022** ([0849794](#)) no DOU n. 122, no DJE n. 118 e no site [compras.gov.br](http://compras.gov.br) (que ocorreram no dia 30/6/2022 - evento [0851106](#)), este foi objeto de alguns questionamentos, todos devidamente respondidos e esclarecidos pela SAMES, unidade demandante que, ao final, por meio da Informação n. 93/2022 ([0857258](#)), reconheceu: **a)** a existência de contradição em relação à regra de reembolso dos valores; e **b)** a

necessidade de incluir na qualificação econômico-financeira a apresentação de balanço patrimonial das licitantes.

Em razão de tais alterações, a unidade solicitou a suspensão temporária do certame licitatório para as devidas correções no Termo de Referência. Assim, veio ao processo a comprovação da disponibilização do evento de suspensão do pregão no SIASG/NET ([0857524](#)) e da publicação do ato no DOU ([0858150](#)).

Na sequência, foi juntado ao processo o novo termo de referência ([0858398](#)), o qual, em primeira análise da Seção de Apoio às Contratações - SAC, foi objeto das diligências descritas no evento [0863511](#) e que, para seu cumprimento, culminaram na elaboração do Termo de Referência n. 23/2022-SAMES (0863651).

Após nova análise da SAC, esta concluiu que o Termo de Referência n. 23/2022-SAMES (0863651) encontra-se de acordo com as normas gerais de contratações estabelecidas no inciso II do art. 3º da Lei n. 10.520/2002, inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/2019 e do inciso XXIII do art. 3º da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0863845](#)).

Em decorrência das alterações promovidas no TR, também foi elaborada nova minuta do futuro contrato pela SECONT, juntada no evento [0864102](#). Em seguida, remeteu os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([0864139](#)).

Instada a se manifestar, a AJSAOFC, mediante Parecer Jurídico nº 112/2022 ([0864279](#)), ressaltou que, tendo em vista que **não haverá participação orçamentária do órgão**, haja vista que a despesa será custeada integralmente pelos beneficiários, na forma modelada para a contratação, reproduzida no **Termo de Referência n. 23/2022 ([0863651](#))**, tem-se como **dispensada a comprovação de disponibilidade orçamentária** na ação orçamentária de Assistência Médica e Odontológica em 2022 para a deflagração do certame e futura contratação da vencedora da licitação.

Em seguida, verificou que o Termo de Referência nº 23/2022 ([0863651](#)) elaborado pela SAMES, nos moldes dos artigos 8º e 10 da IN nº 04/08, parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19, motivo pelo qual pode ser apresentado à autoridade competente, em atendimento ao inciso II do art. 14 do mesmo regulamento; pela possibilidade da contratação pretendida por meio de pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do



Decreto n. 10.024/19; **inaplicabilidade da regra de destinação exclusiva do certame às ME/EPP's**, haja vista que essa categoria econômica é incompatível com as empresas operadoras de planos de saúde – na forma registrada no TR - motivo pelo qual o regime diferenciado poderá ser afastado com fundamento no **inciso III do art. 49 da LC n. 123/2006** e no art. 10 do Decreto Federal n. 8.538/2015;; e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto nº 10.024/2019. Por fim, aprovou a minuta de contrato apresentada pela SECONT (evento [0864102](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atender aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas.

A SAOFC manifestou-se, em síntese, pela: a) aprovação do tanto do ETP ([0722469](#)) como do Termo de Referência nº 23/2022-SAMES ([0863651](#)); b) regularidade da informação conclusiva do valor estimado; c) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, tipo “menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global”; d) inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; e) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante item 5 do TR; e f) pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/19 (Manifestação n. 340/2022 - evento [0864588](#)).

Vieram os autos para apreciação, nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, necessário esclarecer que, embora tenha sido recentemente publicada a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinados com 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após a publicação da Lei nº 14.133/21, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei (1º/04/2023).

Registra-se que deflagração do certame foi autorizada pelo Despacho n. 612/2022-PRES/DG/GABDG ([0833992](#)), nos seguintes termos:

(...)

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da contratação para atender à demanda deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

**1 - APROVO o ETP 12/2021-SAMES ([0722469](#)), quanto o TR 12/2022-SAMES ([0831757](#))** porquanto possui os elementos essenciais definidos no inc. XI do art. 3º do Decreto Federal nº. 10.024/2019;

**2 - APROVO o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0831759](#)**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

**3 - AUTORIZO a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica**, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019, adotando-se o modo de disputa por **lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances**, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, conforme indicado pela unidade demandante no item 7.1.2 do TR;

**4 – AUTORIZO a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, nos termos do art. 6º do Decreto n. 8.538/2015, com fundamento no **inciso III do art. 49 da LC n. 123/2006** e no art. 10 do Decreto Federal n. 8.538/2015;

**5 – DETERMINA a aplicação dos critérios de sustentabilidade**, consoante item 5 do Termo de Referência em questão; e

**6 – DETERMINA a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação**, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#).

No decorrer da instrução processual, observa-se que, após esse ato, foi necessário que a SAMES reformulasse o TR, a fim de promover adequações, atendendo à análise das questões apresentadas pelos licitantes nos pedidos de impugnação e esclarecimentos, uma delas relacionada à existência de contradição no tocante à regra de reembolso dos valores. Em decorrência disso, foi juntado o Termo de Referência nº 23/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0863651](#)).

Pelo que consta dos autos, o Termo de Referência já foi devidamente ajustado pela unidade solicitante da contratação (SAMES), de modo a contemplar tanto as questões suscitadas pelos licitantes nos pedidos de impugnação e esclarecimentos, quanto outros pontos indicados detectados pela SAC e pela própria SAMES. Além disso, a Assessoria Jurídica também verificou que contém os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19**.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, com base nas atribuições conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018 **APROVO o Termo de Referência nº 23/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0863651](#))**, porquanto possui os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal nº 10.024/19** e, quanto aos demais documentos necessários à continuidade do certame, **RATIFICO os termos** do Despacho n. 612/2022-PRES/DG/GABDG ([0833992](#)).

À SAOFC para prosseguimento, com vistas à contratação pretendida.

---





Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 25/07/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0864852** e o código CRC **7CF60B55**.

0002606-07.2021.6.22.8000

0864852v2



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002606-07.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico – Anulação da licitação - Contratação de pessoa jurídica especializada - Operadora de Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde. Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 153 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES) que tem como objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários deste Tribunal ([0722448](#)).

**02.** Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0833992](#) e [0864852](#)), as minutas dos contratos ([0841051](#) e [0864102](#)) e dos editais de pregão eletrônico ([0842258](#) e [0866098](#)) foram objetos de análise e aprovação desta Assessoria no Pareceres Jurídicos n. 66/2022 ([0849719](#)), n. 112/2022 ([0864279](#)) e n. 115/2022 ([0866352](#)) para cumprimento da exigência contida no parágrafo único, do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

**03.** Publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 20/2022 ([0866458](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 30/06/2022, e, em razão de alterações neste documento oriundas de pedidos de esclarecimentos ([0857289](#) e [0857924](#)) e de impugnação ([0857296](#)), foi republicado pelos mesmos meios anteriores em 28/07/2022, de acordo com documentos comprobatórios da publicidade ([0867655](#)).

**04.** Constatam-se 6 (seis) pedidos de esclarecimento ([0851811](#), [0855410](#), [0857289](#), [0857924](#), [0867954](#) e [0871719](#)), devidamente respondida pelo pregoeiro, e 1 (uma) impugnação ao edital ([0857296](#)).

**05.** Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0877792](#));

b) Proposta apresentada pela licitante ODONT OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, CNPJ n. 34.907.159/0001-06, e seus anexos ([0877794](#), [0877798](#) e [0877800](#));

c) Solicitação nº 126/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0877803](#)), solicitando manifestação do SAMES sobre a proposta citada;

d) Manifestação nº 34/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0877869](#)) e Manifestação n. 35//2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0877954](#)), com manifestação da unidade técnica pelo aceite da proposta apresentada;

e) Documentos de habilitação da licitante mencionada ([0877975](#), [0877977](#), [0877979](#) e [0877981](#));

d) Solicitação nº 128/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0877984](#)), solicitando manifestação do SAMES sobre os documento de habilitação citados;

f) Manifestação nº 36/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0878103](#)), com manifestação da unidade técnica pelo aceite dos documentos apresentados;

g) Ata do Pregão Eletrônico ([0882324](#));

h) Intenção de Recurso e suas razões interposta pela ODONTOMAXI OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA., CNPJ n. 17.211.049/0001-96 ([0882325](#));

i) Contrarrazões apresentadas pela ODONT – APERADORA ODONTOLÓGICA LTDA ([0882326](#));

j) Manifestação do pregoeiro, julgando procedente o recurso mencionado (0882328).

**06.** Após remessa dos autos, com o Relatório n. 64/2022 ([0882345](#)), a esta unidade jurídica ([0882814](#)), o Assessor de Licitações e Contratações solicitou o seu retorno em razão da necessidade de análise de informações supervenientes relevantes para deliberação da etapa recursal ainda em andamento.

**07.** Em seguida, o Pregoeiro juntou sua nova Manifestação quanto ao recurso interposto ([0887603](#)) e vários documentos que a embasaram ([0887555](#), [0887556](#), [0887562](#) e [0887564](#)). Por fim, relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 2/2022 ([0887605](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação, ressaltando a desconsideração da Manifestação 2 ([0882328](#)) e do Relatório 64/2022 ([0877954](#)). **É o relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 20/2022**

**08.** Desencadeadas a fase externa da competição, inclusive com a abertura da sessão pública do PE n. 21/2022, é importante a análise dos atos praticados nesta etapa. Assim, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação ([0851106](#) e [0867655](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

**09.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:** Inicialmente, houve 4 (quatro) pedidos de esclarecimentos, todos devidamente respondidos ([0851811](#), [0855410](#), [0857289](#) e [0857294](#)). Também, ocorreu 1 (uma) impugnação ao edital ([0856314](#)) julgada parcialmente procedente ([0856314](#)), após ouvida a unidade técnica

([0856553](#)). Em razão disso, ajustes necessários ao TR foram realizados e a consequente suspensão do certame, com base no princípio da autotutela. Após a reabertura de prazo do PE n. 20/2022, foi protocolado 2 (dois) pedidos de esclarecimentos, também, devidamente respondidos ([0867954](#) e [0871719](#)).

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve.

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0877792](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 20/2022 ([0882324](#)).

**d) Item deserto:** Não houve.

**e) Cancelados na Aceitação:** Não houve.

**f) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico – *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas. As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0887605](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta estabelecidos no instrumento convocatório.

**g) Fase de Habilitação:** A empresa ODONT OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, CNPJ n. 34.907.159/0001-06, atendeu os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0877975](#), [0877977](#), [0877979](#) e [0877981](#)), sendo, portanto, habilitadas pelo Pregoeiro

**h) Recurso:** O recurso foi conhecido ante o preenchimento dos pressupostos recursais, e no mérito o pregoeiro manteve a decisão atacada, mediante os fatos e fundamentos expostos na sua manifestação ([0887603](#)). Diante da existência de recurso para o serviço relacionados no item 1 do certame, a adjudicação para esse Grupo caberá a autoridade superior.

**10.** De primeiro, oportuno informar que a fase recursal do pregão, seja ele eletrônico ou presencial, inicia-se ao término da sessão, quando ocorre a declaração do vencedor por parte do pregoeiro, antes do ato da adjudicação. Trata-se de uma declaração divulgada na própria sessão pública, não havendo necessidade de publicação na imprensa oficial, nos termos do § 1º do artigo 109, da Lei nº 8.666/93.

**11.** Andou bem o pregoeiro ao disponibilizar aos demais licitantes toda a documentação relativa à proposta e à habilitação a fim de possibilitar a interposição de recurso e a fundamentação desses, nesse sentido Acórdão -TCU Plenário nº 339/10.

**12.** Também avaliou de forma correta o juízo de admissibilidade, levou em consideração a presença dos pressupostos recursais (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), sem adentrar no exame prévio do mérito do pedido (Acórdão TCU-Plenário nº 2627/13).

**13.** Foi oportunizado a todos os licitantes interessados contraditar os termos das peças apresentadas, de forma a garantir a observância do devido processo legal e do contraditório, nos termos do inciso XVIII, artigo 4º, da Lei nº 10.520/02.

**14.** Em análise ao mérito o pregoeiro entendeu por desconsiderar as razões recursais apresentadas pela empresa ODONTOMAXI OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS, entendeu como insuficientes e infrutíferas as alegações apresentadas ([0882325](#)). Embora, o recurso tenha sido conhecido pelo Pregoeiro, posto que tempestivo e adequado, ele manteve a decisão atacada. Assim, não houve juízo de retratação ([0887603](#)).

**15.** Em suas razões de recurso, a recorrente, em síntese, noticia que lance R\$ 103,00, registrado pela DENTALPAR ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA EMPRESARIAL LTDA, deveria ter sido imediatamente excluído pelo pregoeiro e que por não ter sido prejudicou os demais licitantes, pois a divulgação deste lance irrisório impossibilitou o conhecimento do lance intermediário da empresa ODONT – OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, que na fase de negociação teve sua proposta aceita. Alega que isso feriu os princípios da publicidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório esta situação poderia configurar um conluio entre a proponente da oferta irrisória e a do lance intermediário.

**16.** Por sua vez a empresa vencedora do serviço licitado (ODONT OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA) apresentou suas contrarrazões tempestivamente ([0882326](#)), aduzindo que o recurso citado é protelatório e que a recorrente não utilizou o sistema de forma adequada, pois ele permite ter conhecimento dos lances ofertados nesta fase do certame.

**17.** Primeiramente, destaca-se que não se observa óbice jurídico na atitude do Pregoeiro ao rever sua manifestação em relação ao recurso analisado após ocorrência de fatos supervenientes, consistentes em imagens da tela do Sistema apresentadas pela licitante vencedora

([0887555](#) e [0887556](#)) e resposta da diligência feita ao Suporte da Central de Serviços do SIASG ([0887562](#) e [0887564](#)). Isso porque, como bem é pontuado na manifestação juntada ao evento [0887603](#), a Administração Pública tem dever de diligência, obrigando-a “adotar postura ativa em relação à busca pela proposta mais vantajosa e pela verdade material, observando o princípio do formalismo moderado” e porque ainda não há decisão da autoridade competente.

**18.** Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar, em sua apreciação, as alegações da empresa recorrente, haja vista que foi devidamente oportunizado a todas as licitantes ofertarem lances intermediários durante esta fase do certame, obedecendo o previsto nos itens 7.6, 7.6.2 e 7.2 do Edital.

**19.** Alinhado a isso, ficou evidente nos autos que a recorrente não soube utilizar as funcionalidades do sistema no tocante a visualização dos melhores lances, por isso não conseguiu visualizar o lance ofertado pela vencedora. Inclusive, esta habilidade de operacionalizar o sistema por parte da licitante é presumida, nos termos item 4.1.4 do próprio instrumento convocatório. Fica claro, então, o dever de todos os licitantes interessados em participar do certame de saber operar no sistema de forma adequada.

**20.** Ademais, no que diz respeito a possibilidade de conluio entre as empresas ODONT e ODONTOPAR, não há qualquer comprovação desta prática, bem como não se pode comprovar a má-fé da licitante pelo lance irrisório. Assim, não se vislumbra nenhuma conduta a ser adotada por esta Administração.

**21.** Portanto, e de acordo com a legislação vigente e também com as regras do edital, o pregoeiro lançou mão de medidas que privilegiaram não só o Princípio do formalismo moderado, mas os princípios da ampla competitividade, da busca da verdade material e da obtenção da proposta mais vantajosa.

**22.** Sem reparos a decisão do pregoeiro, que utilizou seu juízo de retratação, pautado nos documentos juntados ([0887555](#), [0887556](#), [0887562](#) e [0887564](#)), avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto. Vê-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro seguiu fielmente as regras editalícias em relação à solução dos fatos e dos princípios a ela aplicados, do contrário correria o risco de perpetrar uma ilegalidade que desaguaria na nulidade do certame.

**23.** Releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que o

procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

**24.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**25. Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica opina:

**I - pelo conhecimento do recurso**, devido ao preenchimento dos pressupostos recursais, e, no mérito, na esteira da Manifestação do Pregoeiro ([0887603](#)) e a fundamentação contida neste opinativo, por sua **improcedência**, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, consequentemente, pela **manutenção da decisão exarada no âmbito da PE nº 20/2022**, constante da ata de julgamento ([0882324](#));

**II - pela adjudicação do objeto do item 1 em favor da empresa ODONT – OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA**, CNPJ nº 34.907.159/0001-06, já que demonstrado nos autos condições para contratação com o setor público; e

**III - pela homologação do certame pela autoridade competente**, com fundamento no art. 4º, XXI e XXII da Lei nº 10.520/02.

**26.** Vale lembrar que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

**27.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.

---





Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 02/09/2022, às 10:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 02/09/2022, às 10:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0890786** e o código CRC **EA619780**.

0002606-07.2021.6.22.8000

0890786v28



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002606-07.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL -  
SAMES

ASSUNTO: Pregão Eletrônico n. 20/2022 - Recurso - Contratação de pessoa jurídica especializada - Operadora de Plano de Assistência Odontológica, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento por intermédio de Plano de Assistência à Saúde.

### **DESPACHO Nº 1156 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Assistência Médica e Social - SAMES, visando à contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários deste Tribunal ([0722448](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve 6 (seis) pedidos de esclarecimento ([0851811](#), [0855410](#), [0857289](#), [0857924](#), [0867954](#) e [0871719](#)) e 1 (uma) impugnação ao edital ([0857296](#)).



Para instrução do processo, o Pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) Relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0877792](#)); b) Proposta apresentada pela licitante ODONT OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA, CNPJ n. 34.907.159/0001-06, e seus anexos ([0877794](#), [0877798](#) e [0877800](#)); c) Solicitação nº 126/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0877803](#)), solicitando manifestação do SAMES sobre a proposta citada; d) Manifestação n. 34/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/ SAMES ([0877869](#)) e Manifestação n. 35//2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/ SAMES ([0877954](#)), com manifestação da unidade técnica pelo aceite da proposta apresentada; e) Documentos de habilitação da licitante mencionada ([0877975](#), [0877977](#), [0877979](#) e [0877981](#)); f) Solicitação n. 128/2022 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0877984](#)), solicitando manifestação do SAMES sobre os documento de habilitação citados; g) Manifestação n. 36/2022 – PRES/DG/SGP/COEDE/ SAMES ([0878103](#)), com manifestação da unidade técnica pelo aceite dos documentos apresentados; h) Ata do Pregão Eletrônico ([0882324](#)); i) Intenção de Recurso e suas razões interposta pela ODONTOMAXI OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS LTDA., CNPJ n. 17.211.049/0001-96 ([0882325](#)); j) Contrarrazões apresentadas pela ODONT – APERADORA ODONTOLÓGICA LTDA ([0882326](#)); k) Manifestação do pregoeiro, julgando procedente o recurso mencionado ([0882328](#)). Por fim juntou o Relatório n. 2/2022 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0887605](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante ODONT - OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA.

Na fase recursal, a licitante ODONTOMAXI OPERADORA DE PLANOS ODONTOLOGICOS registrou intenção de recurso e apresentou tempestivamente suas razões recursais ([0882325](#)), alegando, em síntese, que o lance R\$ 103,00 (cento e três reais) registrado pela DENTALPAR ASSISTENCIA ODONTOLÓGICA EMPRESARIAL LTDA. deveria ter sido imediatamente excluído pelo pregoeiro e que, por não ter sido, prejudicou os demais licitantes, pois a divulgação deste lance irrisório impossibilitou o conhecimento do lance intermediário da empresa ODONT – OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA, que na fase de negociação teve sua proposta aceita. Alega, ademais, que isso feriu os princípios da publicidade, da moralidade e da vinculação ao instrumento convocatório, podendo configurar um conluio entre a proponente da oferta irrisória e a do lance intermediário ([0882325](#)).

Em contrarrazões, a licitante ODONT - OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA. aduziu que o recurso citado é protelatório e que a recorrente não utilizou o sistema de forma adequada, pois ele permite ter conhecimento dos lances ofertados ([0882326](#)).

Em sua manifestação ([0887603](#)), o pregoeiro conheceu do recurso, uma vez que tempestivo e adequado. Contudo, no mérito, julgou improcedente o recurso e manteve a decisão atacada (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação.

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da AJSAOFC opinou pelo conhecimento do recurso e pela sua improcedência, com manutenção da decisão do Pregoeiro; pela adjudicação do projeto do item à empresa ODONT – OPERADORA ODONTOLOGICA LTDA; e pela homologação do certame, com fundamento no art. 4º, incisos XXI e XXII, da Lei n. 10.520/02, com devolução dos autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no DOU e DJE, com juntada do comprovante nos autos ([0890786](#)).

É o necessário relatório. Passo a análise do recurso.

Preliminarmente, verifica-se que a recorrente participou do certame, caracterizando o seu interesse. O recurso foi apresentado tempestivamente e na forma prevista no edital. Assim, dele conheço.

No mérito, verifica-se que não assiste razão à recorrente.

Compulsando os autos, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas. Com efeito, ficou evidente nos autos que a recorrente não soube utilizar as funcionalidades do sistema no tocante à visualização dos melhores lances, por isso não conseguiu visualizar o lance ofertado pela vencedora. Inclusive, esta habilidade de operacionalizar o sistema por parte da licitante é presumida, nos termos item 4.1.4 do próprio instrumento convocatório. Ademais, no que diz respeito à possibilidade de conluio entre as empresas ODONT e ODONTOPAR, não há qualquer comprovação, bem como não se pode comprovar a má-fé da licitante pelo lance irrisório. Assim, não se vislumbra nenhuma conduta a ser adotada por esta Administração.

Dessa forma, agiu corretamente o Pregoeiro ao rejeitar em sua análise as alegações da empresa recorrente, tendo aquele lançado mão de medidas que privilegiaram não só o princípio do formalismo moderado, mas ainda os princípios da ampla competitividade, da busca da verdade material e da obtenção da proposta mais vantajosa.

Conclui-se, portanto, que a decisão do Pregoeiro avaliou todas as razões do recurso, com suporte em normas e princípios pertinentes ao assunto, seguindo fielmente as regras do edital e não merecendo reforma.

Além disso, verifica-se que no certame foram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e à Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) conheço do recurso interposto pela empresa ODONTOMAXI OPERADORA DE PLANOS ODONTOLÓGICOS ([0882325](tel:0882325)), CNPJ n. 17.211.049/0001-96 e, no mérito, nego-lhe provimento, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) **ADJUDICO** o objeto do certame em favor da empresa ODONT - OPERADORA ODONTOLÓGICA LTDA., CNPJ n. 34.907.159/0001-06, já que demonstrou nos autos condições para contratação com o setor público, com fundamento no art. 4º, inciso XXI, da Lei n. 10.520/02; e

c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 20/2022**, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02.

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e anexar o comprovante nos autos.

Por fim, devolvam-se à **SAOFC** para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/09/2022, às 11:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0891307** e o código CRC **1993B2BA**.

